



PROTOCOLIZADO EM PLENÁRIO <u>21.05.18</u> às <u>14:11</u> h. <u>[Assinatura]</u> Responsável pelo protocolo
--

RELATÓRIO PARCIAL
Comissão Especial de Estudo sobre o Homicídio de
Jovens Negros e Pobres

Relatora: vereadora Áurea Carolina

Belo Horizonte
Maio de 2018



“Se a Europa vive sob o signo do terrorismo, o que temos no Brasil é um verdadeiro genocídio da juventude negra. Treze pessoas foram mortas em Barcelona hoje. Treze é o número de jovens negros que morrem no Brasil num intervalo de cinco horas. Todos os dias. De acordo com o Mapa da Violência (2017) divulgado pelo Ipea, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado.

Não há comoção. Não há políticas públicas de enfrentamento e combate dessa matança diária. Como bem disse a Taís Araújo recentemente, há quem comemore. Ninguém se importa.”

Luana Tolentino, em 17 de agosto de 2017.¹

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/luanatolentino/posts/1433361336752427>. Acesso em: 16 mai. 2018.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	6
2.1. Reunião de formação e sensibilização dos integrantes da Comissão.....	6
2.2. Visita técnica à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.....	6
2.3. Primeira audiência pública.....	7
2.4. Visita técnica a casas de semiliberdade em Belo Horizonte.....	9
2.5. Segunda audiência pública.....	10
2.6. Seminários participativos.....	12
2.6.1. Segurança Pública Cidadã.....	12
2.6.2. Pela Vida das Juventudes.....	13
3. ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE BELO HORIZONTE.....	15
3.1. Homicídios por arma de fogo – a forma mais letal de vulnerabilidade dos jovens negros.....	18
3.2. Quem importa? Os dados de Belo Horizonte e suas regiões.....	23
3.3. Qual a cor da vulnerabilidade e dos homicídios em Belo Horizonte?.....	34
4. APONTAMENTOS FINAIS.....	39
4.1. Recomendações.....	40



1. INTRODUÇÃO

A Comissão Especial de Estudo sobre o Homicídio de Jovens Negros e Pobres foi criada com a aprovação, em 3 de fevereiro de 2017, do Requerimento nº 79/2015, pelo Plenário da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). O Requerimento foi protocolizado em junho de 2015 e assinado pelos vereadores Arnaldo Godoy, Pedro Patrus, Autair Gomes, Doutor Sandro, Elvis Côrtes, Henrique Braga, Joel Moreira Filho, Jorge Santos, Juninho Los Hermanos, Juninho Paim, Leonardo Mattos, Márcio Almeida, Orlei, Pelé do Vôlei e Veré da Farmácia. Foi resultado de audiência pública sobre o Genocídio da Juventude Negra, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor em abril de 2015, com o intuito de auxiliar na coleta de informações e na produção de relatórios locais sobre o tema, que estava sendo debatido também em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A criação dessas CPIs estava relacionada com a publicação do relatório do Mapa da Violência 2015 que, utilizando dados de 2012, apontou que 70% dos 30 mil jovens mortos anualmente no Brasil eram negros. Foram salientadas tanto a seletividade de negros e jovens nos homicídios quanto a tendência crescente dessa seletividade entre os anos de 2003 e 2012.

No âmbito da CMBH, após a aprovação do Requerimento nº 79/2015, o Presidente da Casa, vereador Henrique Braga, designou as/os membros titulares e suplentes da Comissão Especial de Estudo (CEE). Como titulares, foram designados a vereadora Áurea Carolina e os vereadores Arnaldo Godoy, Jorge Santos, Juninho Los Hermanos e Hélio da Farmácia. A primeira reunião de trabalho da CEE ocorreu em 9 de março de 2017, na qual foram eleitos, como presidente, o vereador Arnaldo Godoy e, como relatora, a vereadora Áurea Carolina, por um período de 12 meses, com previsão de alternância dos eleitos na presidência e na relatoria no ano seguinte.

Em 27 de abril de 2017, foi apresentado pela relatora um plano de trabalho, que consistiu na realização de um conjunto de atividades que envolveram pesquisa, análise de dados, formação, debate público e participação de diferentes atores do poder público e da sociedade civil. Foram abordadas questões como racismo estrutural, violência policial, desigualdade de gênero, sistema prisional, sistema



socioeducativo, política de drogas, políticas sociais, direito à cidade, cultura e educação inclusiva. Também foi prevista a realização de visitas técnicas, audiências públicas e dois seminários participativos com foco em segurança pública cidadã e em políticas públicas de juventudes. Destaque-se, ainda, que o nome da Comissão passou a ser referido pela relatoria como Comissão Especial de Estudo do Genocídio da Juventude Negra e Pobre, para denotar o caráter histórico, sistêmico e estrutural da matança de jovens negros e pobres no País, dentro do quadro mais geral de genocídio da população negra.

Este relatório parcial tem o objetivo de apresentar os resultados de toda essa agenda cumprida com êxito em 2017. Foram valiosas as contribuições dos diferentes atores envolvidos na temática, bem como os debates construídos a partir das distintas perspectivas. Ademais, em função da não disponibilização de suporte técnico pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, foi elaborado, a pedido da relatora, um estudo analítico pelo professor Rodrigo Ednilson de Jesus, da Faculdade de Educação da UFMG, a fim de descrever e aprofundar a situação vivenciada pelos jovens negros na cidade de Belo Horizonte. Com base nesse acúmulo, a última parte do relatório apresenta apontamentos e recomendações dirigidas ao Executivo municipal, na tentativa de contribuir para o enfrentamento ao genocídio da juventude negra e pobre na cidade.

Registre-se, oportunamente, a participação da assessoria da vereadora Nely, da vereadora Cida Falabella e do vereador Pedro Bueno em distintos momentos do trabalho da CEE, bem como a presença do vereador Jair Di Gregório em um dos seminários.



2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1. Reunião de formação e sensibilização dos integrantes da Comissão

Em reunião realizada em 25 de maio de 2017, buscou-se sensibilizar vereadores/as e assessores/as sobre o fenômeno da violência contra a juventude negra, com a participação de diversos movimentos, instituições e lideranças sociais. Entre os/as convidados/as, destacam-se o Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte, organização da sociedade civil atuante desde 2004; o Movimento Negro Unificado, com a presença de Isabel Cupertino; o ex-procurador do Município de Belo Horizonte, Antônio Ribeiro Romanelli; a Secretaria Estadual de Educação, com a presença do assessor Gil Amâncio; a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, especificamente do setor especializado em Direitos Humanos, com a presença da defensora Rachel Passos.

Algumas falas registradas na reunião: Nívea Sabino e Pollyanne Paixão, integrantes do Fórum das Juventudes da Grande BH, apresentaram a plataforma política “Juventudes contra Violência”, que estabelece pautas prioritárias para o enfrentamento às violações de direitos sofridas pela população jovem. A defensora Rachel Passos criticou a grande dificuldade enfrentada por cidadãos negros e pobres para acessar o Estado “*pela porta da frente*” e relatou sua atuação no sistema prisional, que encarcera majoritariamente jovens negros. O assessor Gil Amâncio citou Nego Bispo – o primeiro mestre quilombola a escrever um livro –, que fala que nos quilombos não existe presídio porque todos os problemas dessas comunidades são resolvidos dentro delas, enquanto que, na “*sociedade comum*”, um jovem que tem problema é isolado da convivência social, o que revela um sistema falho e opressor para a juventude negra.

2.2. Visita técnica à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Em 6 de junho de 2017, a Comissão realizou uma visita técnica à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP), à época denominada Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, com a finalidade de conhecer o funcionamento do sistema de segurança pública em Belo Horizonte. Na oportunidade, o então secretário Cláudio Beato apresentou as diretrizes para a nova



gestão da pasta, enfatizando a estratégia de prevenção à criminalidade. Profissionais da equipe técnica apresentaram informações gerais sobre o trabalho da Guarda Municipal e do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH).²

2.3. Primeira audiência pública

Em 29 de junho de 2017, a Comissão realizou uma audiência pública com o objetivo de discutir os trabalhos e os desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Violência Contra Jovens Negros e Pobres da Câmara dos Deputados. Os resultados da CPI foram apresentados pelo próprio parlamentar que a presidiu, o deputado federal Reginaldo Lopes. Além dele, estiveram presentes os/as seguintes convidados/as: a defensora Rachel Passos, da Defensoria Especializada de Direitos Humanos; Márcia Alves, da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção; Benilda Brito, do Instituto de Direitos Humanos (IDH); Fabiana Santos de Oliveira, da diretoria do Programa Fica Vivo; Michele Duarte Silva, do Programa Juventudes da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; a subsecretária estadual de Políticas para as Mulheres, Larissa Borges; Raquel Lanza, do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); o corregedor da Guarda Municipal de Belo Horizonte, Genilson Ribeiro Zeferino; o presidente da Comissão de Promoção de Igualdade Racial da Ordem de Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, Gilberto Silva Pereira; os professores Juarez Dayrell e Geraldo Magela Pereira Leão, da Faculdade de Educação da UFMG; Aruanã Leonne, do Levante Popular da Juventude. A audiência teve um público estimado em 100 pessoas.

Como presidenta da audiência, a vereadora Áurea Carolina expressou que a responsabilidade do Estado de atuar no enfrentamento ao genocídio da juventude negra deve envolver diferentes esferas de poder e órgãos da estrutura administrativa, mas não é efetivada. Citou, como exemplo, a limitação institucional da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que não atendeu solicitação formal para que fosse disponibilizada consultoria técnica para colaborar com o trabalho e a produção do relatório da CEE.

² Vide a notícia "Comissão especial realizou visita técnica à Secretaria de Segurança Urbana", publicada no site da CMBH. Disponível em: <https://bit.ly/2GC1xXR>. Acesso em: 16 mai. 2018.



Durante a discussão, o professor Juarez Dayrell sustentou que a ausência de direitos básicos para jovens negros é uma violência, evidenciando a desigualdade social desde os tempos do Brasil colônia. Aruanã Leonne recitou um texto que expõe dimensões raciais e de gênero do extermínio da juventude negra e pobre:

“E resistimos ao extermínio, que mata meus irmãos, filhas e filhos. E depois de chorar as lágrimas do genocídio, tenho que limpar o mar de sangue do feminicídio. E são essas as minhas estatísticas: a favelada, a diarista. Mãe solteira agredida pela polícia. Mas não são mães de marginal.”

Larissa Borges afirmou que sua presença na audiência indica o compromisso do governo de Minas Gerais em atuar na reversão dessa situação por meio da implantação de políticas públicas.

Genilson Ribeiro Zeferino argumentou que busca, ao ocupar um cargo governamental, contribuir para minimizar os ataques aos negros. Ressaltou, ainda, que acredita ser possível fazer segurança pública preventiva com um olhar diferente do que é praticado, mas não consegue imaginar uma sociedade sem a polícia.

Benilda Brito relatou que, na década de 1990, o movimento negro já denunciava a morte de mulheres negras e de meninos negros em situação de rua. Para ela, o negro foi tratado por muito tempo no País como coisa e demorou ser entendido como pessoa humana e detentora de direitos. Por isso, defendeu uma escola preparada para resgatar os valores dos negros, sua cultura e sua identidade com a África.

O representante da entidade “Minas – Torcidas contra a Violência”, Celso Máximo de Oliveira, afirmou que as vítimas de violência fazem de tudo para não procurar um posto policial para denunciar um fato criminoso, por não serem bem recebidos. Defendeu melhor profissionalização dos policiais e punição para aqueles que infringem o código de ética da Corporação.

O deputado federal Reginaldo Lopes informou que participou de duas ações legislativas na Câmara dos Deputados que auxiliariam no enfrentamento à violência contra os jovens negros e pobres: despenalização de drogas ilícitas e implementação da audiência de custódia. Contudo, afirmou que a conclusão que extrai dessas ações é a sua falta de efetividade, uma vez que “o *genocídio tem como base o racismo institucionalizado*”. Sustentou que o debate da segurança



pública deve ser feito de modo amplo na sociedade, retirando-o do domínio exclusivo da polícia. Criticou o fato de o País seguir uma corrente penalista patrimonialista, a partir da qual há uma valorização exacerbada do patrimônio em detrimento da vida. Defendeu o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados, que deve ser observado em um *“Plano Nacional de Redução de Homicídios e Violência”*. Para ele, os municípios podem iniciar esse programa através do debate com a população para construir seus próprios planos de redução da violência.

Márcia Alves atribuiu ao governo certa responsabilidade por essa situação (homicídios de jovens negros e pobres) e sustentou que o município de Belo Horizonte, na nova estruturação administrativa, pode contribuir positivamente.

Michele Duarte Silva, que foi gestora do Programa Fica Vivo, afirmou que a reversão do genocídio da juventude negra pressupõe uma ação coletiva e também intersetorial, envolvendo diferentes áreas de atuação do poder público, como assistência social e direitos humanos.

Raquel Lanza defendeu maior articulação das entidades que atuam em prol dos jovens negros e pobres para o alcance de melhores resultados. Informou que o plano municipal do PPCAAM segue um guia elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, com o apoio do Observatório de Favelas. Mencionou, ainda, a experiência positiva do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que elaborou uma cartilha que aponta indícios de vulnerabilidade e risco de morte e recomendações de atuação para o poder público.³

2.4. Visita técnica a casas de semiliberdade em Belo Horizonte

No dia 23 de agosto de 2017, o presidente e a relatora da Comissão, acompanhados de suas assessorias e também de assessores do mandato da vereadora Nely, estiveram em visita para conhecer o funcionamento de duas casas de semiliberdade em Belo Horizonte. Optou-se por visitar uma casa de atendimento masculino e outra de atendimento feminino, dentre as sete existentes atualmente no município. Ambas as casas estão localizadas na região de Venda Nova.

De acordo com técnicos das casas visitadas, o período de internação dos

³ Cartilha “Cada Vida Importa”. Disponível em:

<https://www.al.ce.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/1-pdf?download=498:cada-vida-importa>. Acesso em: 16 mai. 2018.



adolescentes – que pode ser de até três anos – dura, em geral, de nove meses a um ano. Diversas vezes foram relatadas pelos profissionais as dificuldades de acesso dos adolescentes à rede de proteção social, especialmente nos serviços de saúde e assistência social, atribuindo-as não apenas a problemas estruturais das políticas públicas, mas também à existência de preconceito contra os adolescentes na própria rede. Foi dito que as famílias dos adolescentes que cometeram atos infracionais não são assistidas pelo poder público no processo de aplicação das medidas socioeducativas. Alguns profissionais criticaram essa situação e defenderam a necessidade de suporte integral da política de assistência social para o/a adolescente e sua família, tendo em vista que uma diretriz da semiliberdade é a convivência familiar, a promoção social da família e sua responsabilização pela recuperação do/a adolescente. Nesse sentido, ficou marcada a necessidade de superação das barreiras de acesso à rede de proteção social para efetiva inclusão de adolescentes e suas famílias durante e após o cumprimento das medidas.

Também foram percebidas, na visita, sérias questões de gênero no acolhimento dos adolescentes. Não é raro que as adolescentes do sexo feminino sejam abandonadas por seus familiares em todo o processo socioeducativo, o que se deve, também, à precariedade na interlocução dos serviços para o acompanhamento de adolescentes que vêm de outras cidades do estado. Segundo relatado, a mesma situação não acontece com adolescentes do sexo masculino, devido à construção sociocultural dos papéis de gênero. As mulheres jovens, diferentemente dos homens jovens, sofreriam mais resistência para serem aceitas novamente nas suas famílias.⁴

2.5. Segunda audiência pública

Em 28 de agosto de 2017, foi realizada uma audiência pública no Centro de Referência da Juventude (CRJ), da qual participaram como convidados/as: Taciana Malheiros, da Secretaria Municipal de Saúde; Genilson Ribeiro Zeferino, da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção; Waleska Teixeira Caiaffa e Maria Angélica de Salles, do Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte; Juliana

⁴ Vide a notícia “Casas de semiliberdade do sistema socioeducativo são visitadas por vereadores”, publicada no site da CMBH. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicacao/2017/08/casas-de-semiliberdade-do-sistema-socioeducativo-sao-visitadas-por>. Acesso em: 16 mai. 2018.



Batista Reis e Luísa Nonato, do Observatório da Juventude da UFMG; e Rejane Ferreira dos Reis, mestra em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da UFMG.

Rejane Ferreira dos Reis apresentou os resultados de sua pesquisa de mestrado. Informou que o Brasil é um dos países com maior número de homicídios de adolescentes. Em Belo Horizonte, analisou casos de adolescentes baleados atendidos pelo Hospital Risoleta Neves. A pesquisadora identificou que há indícios de execução em muitos desses casos e que é comum que um mesmo adolescente sofra várias tentativas de homicídio, o que, para ela, indica a necessidade de se construir redes de cuidados para antes e depois da alta médica. Denunciou a naturalização dos homicídios de jovens negros e pobres e abordou o impacto das desigualdades étnico-raciais como uma das faces da violência contra a juventude de Belo Horizonte. Apresentou estudos acadêmicos que apontam o racismo como elemento determinante para os altos índices de mortalidade de adolescentes negros e que indicam a necessidade de planejamento de políticas de segurança e saúde.

Juliana Batista Reis comentou indicadores do Mapa da Violência de 2016 e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, no qual a vulnerabilidade dos jovens é medida a partir dos territórios e de múltiplas dimensões da desigualdade. Luísa Nonato expôs as dificuldades enfrentadas por jovens do Aglomerado da Serra, onde ela vive, para a organização de eventos culturais, principalmente o Baile da Binário, e criticou a repressão às manifestações legítimas da juventude pobre. Sustentou que o baile funk é uma forma de lazer e identificação social. Destacou que as culturas urbanas de origem negra sempre foram perseguidas e reprimidas pelo Estado, não sendo diferente com o funk.

Waleska Teixeira Caiaffa e Maria Angélica de Salles apresentaram o Projeto BH Viva, que consiste em uma avaliação da intervenção do Programa Vila Viva. O projeto prevê o levantamento de dados e informações para formulação de políticas de saúde para a juventude. As pesquisadoras ressaltaram a importância das interações entre território, moradia, saúde e infraestrutura urbana na análise sobre a vulnerabilidade social de adolescentes.

Foi informada na audiência a existência de um grupo de trabalho para a construção de um Comitê de Proteção à Vida de Adolescentes e Jovens de BH, no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte. Também foi registrada a presença de



assessores/as do gabinete da deputada estadual Marília Campos e de um grupo de franceses em intercâmbio com a Faculdade de Medicina da UFMG.

2.6. Seminários participativos

Os dois seminários realizados pela Comissão Especial de Estudo foram espaços de reflexão, participação social e levantamento de informações sobre o genocídio da juventude negra e pobre de Belo Horizonte.

2.6.1. Segurança Pública Cidadã

O primeiro seminário, realizado no dia 29 de setembro de 2017, teve por finalidade abordar a política de segurança pública na perspectiva dos direitos de cidadania, especialmente das juventudes. Participaram como convidados/as: Ariane Gontijo, doutoranda em Sociologia pela UFMG; Manoela Miklos, representante do Programa para a América Latina da *Open Society Foundations*; Makota Kizandembu, diretora de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte; Samira Ávila, gerente do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte; Valéria de Oliveira, professora adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UFMG; Maíra Colares, secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Ricardo Foureaux, capitão da Polícia Militar de Minas Gerais; Harley da Silva Bahia, delegado-geral da Polícia Civil de Minas Gerais; e José Roberto Gonçalves de Meira, subinspetor da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

A programação contou com intervenções poéticas de Bim Oyoko, mobilizador e poeta do Nosso Sarau, e Nívea Sabino, poeta e educadora social, ambos integrantes do Fórum das Juventudes da Grande BH. Também incluiu a estreia do grupo Az Diferentonas!, projeto de teatro da Gabinetona, o mandato coletivo das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella, com a realização de uma cena de Teatro do Oprimido. O evento reuniu cerca de 150 pessoas, entre jovens, trabalhadores de políticas sociais, guardas municipais e ativistas.

Entre as participações, Ariane Gontijo, pesquisadora especializada em mediação de conflitos, destacou como a cultura institucional da Polícia Militar ainda é influenciada por visões de mundo e valores próprios dos policiais, o que torna mais complexa e desafiadora a adoção de práticas de cidadania pela instituição. Manoela



Miklos apresentou a campanha Instinto de Vida, iniciativa de diversas organizações não governamentais que propõe reduzir pela metade a violência letal na América Latina em um prazo de 10 anos. Afirmou ser importante ampliar os instrumentos de mediação de conflitos e que o Estado deve recuperar os espaços públicos, disponibilizando serviços para a população. Defendeu a importância de um amplo debate público sobre a reformulação do modelo de segurança pública e da política de drogas no Brasil.

2.6.2. Pela Vida das Juventudes

O segundo seminário, realizado em 27 de outubro de 2017, abordou ações e possibilidades de defesa da vida das juventudes. Participaram como convidados/as: Márcio Eustáquio Antunes Souza, da Belotur – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte; Antônio Augusto Garcia Veríssimo, diretor de Enfrentamento à Violência contra a Juventude da Subsecretaria de Juventude de Minas Gerais; Flávia Mendes, superintendente de Políticas Territoriais de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais; Samira Ávila, gerente do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte; Márcia Alves, diretora de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção; Rosália Diogo, gerente do Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado e coordenadora do Festival de Arte Negra; Ayana Omi, militante e estudante de Pedagogia; Luís Flávio Saporì, sociólogo e professor da PUC Minas; Bruno Vieira, jornalista e educador social; e José Roberto dos Santos Gonçalves de Meira, subinspetor da Guarda Municipal de Belo Horizonte. O evento contou com apresentações culturais do rapper Eazy CDA e da associação Bataka, com o espetáculo “Diálogo com o Corpo: a Favela e a Formação”.

Ayana Omi abordou os processos históricos de eugenismo e higienismo promovidos pelo Estado brasileiro. Considerou que a situação dos presídios no Brasil é uma política higienista, já que a maioria da população carcerária é negra. Disse que não é possível enfrentar o racismo sem discutir os privilégios da branquitude, sendo que os brancos precisam reconhecer seus privilégios. Falou sobre o projeto Valores de Carolina, inspirado na escritora Carolina Maria de Jesus, que incentiva jovens em privação de liberdade a escreverem suas ideias e histórias de vida.



Luís Flávio Saporì, um dos criadores do Programa Fica Vivo, ressaltou que o tráfico de drogas é uma realidade perversa no Brasil. Sustentou que o Estado brasileiro mata muito, tendo uma das polícias mais letais no mundo. Entretanto, afirmou que a maior parte dos homicídios de jovens negros não são cometidos diretamente pelo Estado, uma vez que esses jovens estariam se matando tendo como principal motivação o tráfico, não bastando legalizar as drogas para mudar essa situação. Para Saporì, é preciso construir políticas especializadas de prevenção à violência, especialmente com crianças e adolescentes. Exemplificou a importância de incluir adolescentes que estão fora da escola. Considerou que projetos pontuais têm baixo impacto sobre a realidade, sendo necessária uma prevenção social em grande escala.

O subinspetor Meira relatou atividades da Guarda Municipal voltadas para o público jovem e avaliou que a vida dos cidadãos é um patrimônio a ser protegido. Defendeu a importância da formação dos guardas sobre racismo institucional e violência contra as mulheres. Observou que, na área de segurança pública, ainda existe o fenótipo do criminoso associado a pessoas negras e ao uso de trajes como bermuda e boné.

Bruno Vieira ressaltou que o racismo institucional faz com que os jovens negros não sejam reconhecidos como sujeitos de direitos na construção das políticas públicas. Defendeu a valorização de saberes e práticas cotidianas das ruas, inclusive nos espaços acadêmicos. Destacou a importância da participação juvenil, da criação de equipamentos como o Centro de Referência da Juventude e da interação entre as diversas políticas setoriais, como educação e cultura, para garantir os direitos dos jovens.

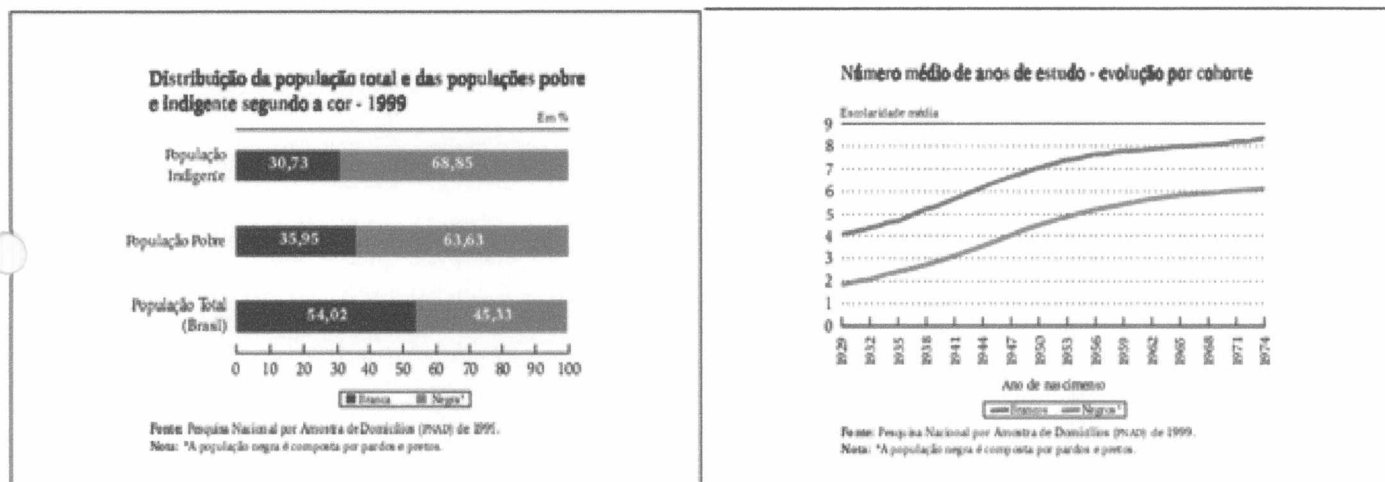


3. ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Seção elaborada com a colaboração do professor Rodrigo Ednilson de Jesus⁵

Durante as décadas de 1980 e 1990, um conjunto de estudos sobre a realidade brasileira, produzido por José Pastore, Nelson do Valle Silva e Ricardo Henriques, mostrou uma realidade de desigualdade no acesso a bens e serviços entre a população negra e branca brasileira⁶. No estudo sobre as condições de vida da população negra na década de 1990, Ricardo Henriques chamou a atenção para a imensa desigualdade social entre a população branca e a população negra, evidenciada nos altos índices de pobreza e miséria identificados entre a população negra, e para a diferença de anos de estudo entre jovens negros e brancos que se manteve estável desde o início do século XX. Os dois gráficos mais conhecidos desse trabalho, reproduzidos abaixo, mostram essa realidade desigual.

Figura 1 – Distribuição da população e número médio de anos de estudo por raça/cor⁷



Fonte: Henriques (2001)

5 Professor da Faculdade de Educação da UFMG. Atualmente, integra a coordenação do Programa Ações Afirmativas na UFMG e é pró-reitor adjunto de Assuntos Estudantis da UFMG. Vide Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4007632372889566>. Acesso em: 16 mai. 2018.

6 Destacam-se também os estudos realizados por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg no livro "Lugar de negro", em 1982.

7 HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.



Como se pode observar, 45,33% da população se autodeclarava negra (pretos e pardos) no ano de 1999. Apesar disso, entre a população pobre, os negros representavam 63,63%, um índice bem maior do que o da população branca. Já entre a população em situação de indigência, os negros representavam 68,85%, índice ainda mais elevado do que o observado entre a população branca. O autor também mostra como, entre os anos de 1929 e 1974, a diferença entre o número médio de anos de estudo entre a população branca e negra se manteve em torno de 2,1 anos. Mesmo com o aumento de anos de estudo, tanto entre a população branca quanto entre a população negra, ao longo dos anos observados, fica fácil constatar que a desigualdade entre os dois grupos se manteve estável no período. Ao mesmo tempo em que as políticas universalistas, sem a devida atenção às diferenças sociais, proporcionaram um aumento expressivo no número médio de anos de estudo da população brasileira, passando de 3 para 7 anos, elas foram incapazes de alterar o padrão de desigualdades entre a população branca e a população negra.

Os dados apresentados acima, retirados do estudo de Ricardo Henriques, assim como dados produzidos por outros pesquisadores da época (Silva, Pastore, 2000; Fernandes, 2005⁸), mostram como a desigualdade entre a população negra e a população branca no Brasil não pode ser entendida como coisa do passado; portanto atrasada e ultrapassada. Os estudos sociológicos do final do século 20 que concentravam suas reflexões sobre a desigualdade social entre negros e brancos no Brasil foram fundamentais para fortalecer as críticas que diversas entidades, em particular o Movimento Negro Unificado, faziam às imagens do Brasil como uma suposta democracia racial, ou seja, um país em que não existiam desigualdades raciais ou mesmo discriminações dirigidas à população não-branca.

A partir desses estudos, o uso de indicadores estatísticos, com a identificação do perfil de raça/cor dos brasileiros, passou a ser reivindicado como fundamental para a melhor compreensão da estrutura social brasileira. No entanto, apesar do uso crescente de dados desagregados por raça/cor em estudos e pesquisas de diversas áreas, boa parte dos dados utilizados em pesquisas desagregadas por raça/cor

8 PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson do. Mobilidade social no Brasil. São Paulo: Makron Books, 2000. FERNANDES, Danielle Cireno. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. IN: Prêmio Ipea 40 anos – Ipea Caixa 2004: monografias premiadas. Brasília: Ipea, 2005.



ainda hoje são oriundos, quase que exclusivamente, dos bancos de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, incorporou pela primeira vez, em 1990, o quesito “raça/cor” no Sistema de Informação de Saúde. Em 1996, o quesito foi introduzido no SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos e, no ano 2000, no SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Apesar de iniciativas de incorporação do quesito em sistemas de informação de instâncias municipais, estaduais e federal a partir de então, a situação mais comumente encontrada ainda hoje é a inexistência de dados desagregados por raça/cor, o que dificulta a compreensão da real condição de vida das populações branca, negra, indígena e amarela no País, bem como o seu acesso a diferentes bens e serviços.

Realizada no ano de 2009, em Genebra, a Conferência de Revisão do Plano de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em 2001, tirou como um dos compromissos principais o incentivo e o comprometimento dos países das Américas para a melhora das bases de coleta de dados censitários por raça e etnia. De acordo com Maria Inês Barbosa, responsável pelo Programa de Incorporação das Dimensões de Gênero, Raça e Etnia nos Programas de Combate à Pobreza do Brasil, Bolívia, Paraguai e Guatemala:

“Para que políticas de ações afirmativas sejam implementadas, em acordo com a Declaração e o Plano de Ação de Durban, é necessário estabelecer quem são as vítimas do racismo. Isso é determinante para que as políticas públicas e programas, como o que coordenamos, tenham condições de contribuir com a eliminação das desigualdades de gênero e raça.”⁹

Nesse sentido, apesar do reconhecimento, até internacional, acerca da importância de dados sobre raça/cor, convivemos no campo das políticas públicas e mesmo no campo dos estudos teóricos com a ausência de dados dessa natureza, e/ou a não utilização dos dados disponíveis. Nos estudos sobre juventude brasileira, por exemplo, é comum encontrarmos levantamentos que, apesar de apresentarem variáveis de idade, sexo, região de moradia etc., salientando, portanto, a diversidade

⁹ Vide a notícia “ONU incentiva desagregação de dados por raça e etnia nos censos nacionais de 2010 nas Américas”. Disponível em: <http://unicrio.org.br/onu-incentiva-desagregacao-de-dados-por-raça-e-etnia-nos-censos-nacionais-de-2010-nas-americas/>. Acesso em: 16 mai. 2018.



das juventudes brasileiras, não nos permite saber a raça/cor desses jovens. O que tal silenciamento pode ou quer nos dizer? O que pode significar, por exemplo, a ausência de dados de raça/cor em um estudo de abrangência municipal sobre jovens em situação de vulnerabilidade? A pergunta apresentada aos leitores, logo nas primeiras linhas do livro “Perguntar não ofende: qual é a sua cor ou raça/etnia? Responder ajuda a prevenir” é bastante provocativa sobre omissões e silenciamentos implícitos na ausência do quesito raça/cor:

“Desde o final da década de 80, a coleta do quesito cor é questionada por diferentes atores da área da saúde. Ainda hoje, são infindáveis os “por quê?” e os “para quê?” a ponto de nos colocarmos também uma questão: Qual é a razão de resistirmos tanto à coleta e à utilização do quesito cor? Preconceito? Racismo?”¹⁰

3.1. Homicídios por arma de fogo – a forma mais letal de vulnerabilidade dos jovens negros

Os dados apresentados pelo já conhecido Mapa da Violência, publicados desde o ano de 1998, vêm mostrando que os homicídios no Brasil – a forma mais letal de vulnerabilidade – têm, além de idade e sexo, cor e raça.

Os registros do SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Sistema Único de Saúde, demonstram que 967.851 pessoas morreram por disparo por arma de fogo no Brasil entre 1980 e 2014. De 8.710 vítimas registradas em 1980, passamos para 44.861 em 2014, um crescimento de 415,1%. Em 2014, os homicídios representaram 94,3% dos registros de mortes por arma de fogo. De todas as vítimas por armas de fogo em 2014, 94,4% foram homens. Cabe destacar ainda que o crescimento do número de mortes na juventude, jovens entre 15 a 29 anos, foi bem mais violento do que no restante da população. Enquanto no conjunto da sociedade o crescimento de homicídios por arma de fogo foi de 592,8% no período de 1980 a 2014, dentre os jovens o número subiu para 699,5% (WAISELFISZ, 2016)¹¹.

10 DIAS, Jussara; GIOVANETTI, Márcia; SANTOS, Naila (orgs.). Perguntar não ofende: qual é a sua cor ou raça/etnia? Responder ajuda a prevenir. São Paulo: CRT-DST/AIDS. 2009. 106 p. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/livro_quesito_cor.pdf. Acesso: em 16 mai. 2018.

11 Para se aprofundar nas discussões em torno do crescimento do número de mortes de jovens, por coorte, ver: CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Democracia racial e homicídio de jovens na cidade partida. Texto para discussão nº 2267. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2017.



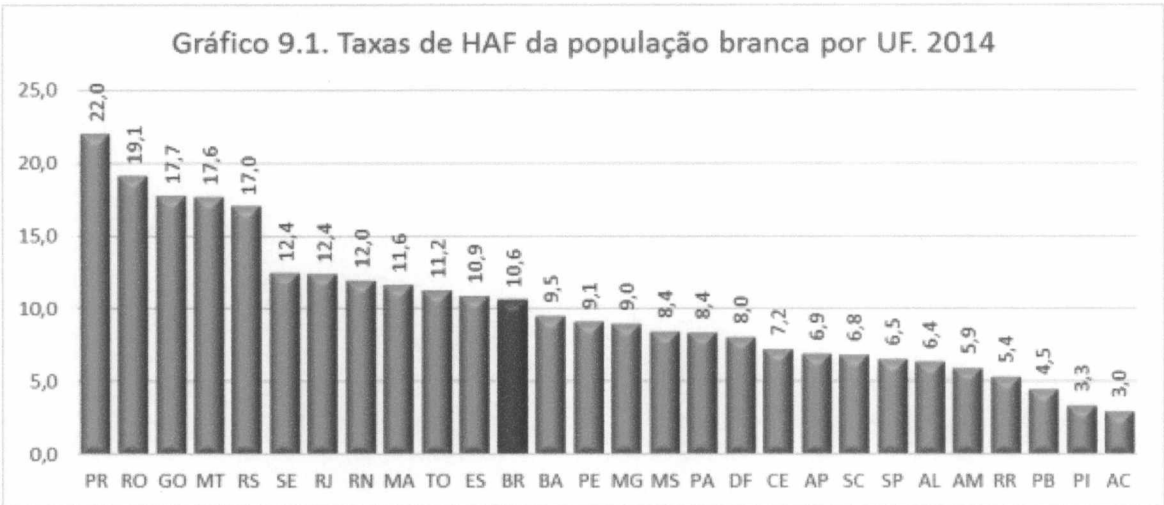
Apesar da *"enorme escassez de fontes e poucas alternativas para estudar a questão da cor das vítimas na mortalidade por armas de fogo"* (WASELFISZ, 2016; p. 54)¹², os dados do SIM revelam que no período compreendido entre 2003 e 2014 o número de homicídios por arma de fogo entre a população branca diminuiu 26,1% e, entre a população negra, aumentou 46,9%. Enquanto no ano de 2003 morriam, proporcionalmente, 71,7% mais negros do que brancos, em 2014 esse número saltou para 158,9%, ou seja, morrem 2,6 mais negros do que brancos no País.

As diferenças na vitimização de jovens brancos e negros no Brasil, percebida na tendência inversa a que estão submetidos os diferentes pertencimentos raciais – com queda para um grupo e elevação para outro –, ficam ainda mais evidentes ao observarmos os dados separados por Unidade da Federação. Nos gráficos apresentados abaixo – 9.1 e 9.2 –, extraídos do Mapa da Violência 2016, pode-se observar, além das diferenças percentuais de homicídios por arma de fogo de jovens brancos e negros no Brasil, as diferenças percentuais observadas também nos estados brasileiros.

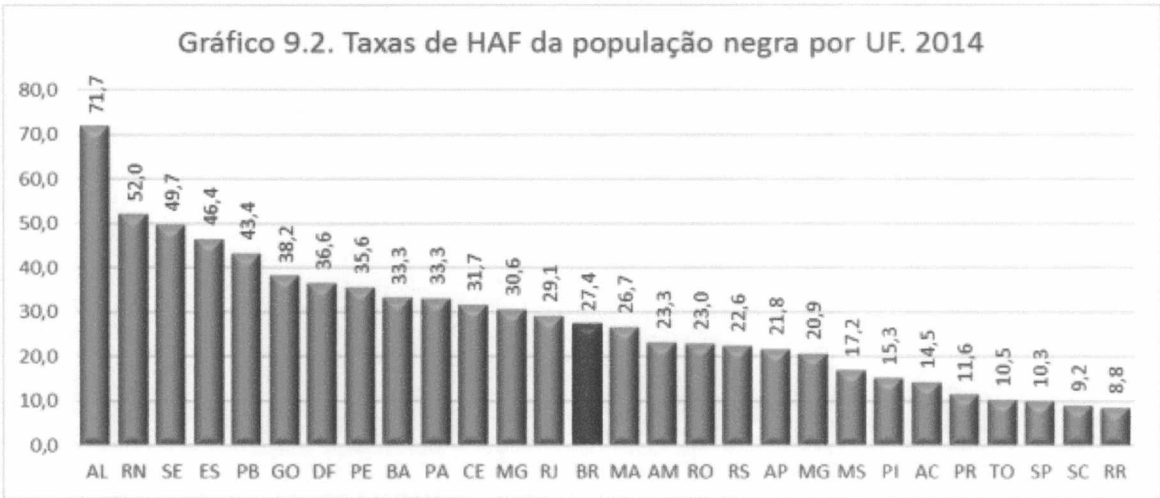
12 WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo. 2016.



Figura 2 – Taxas de homicídio por arma de fogo da população branca e da população negra por UF em 2014¹³



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.



Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: dados preliminares.

Observando os dados de Homicídios por Armas de Fogo (HAF) apenas do estado de Minas Gerais, nota-se que tanto para jovens brancos quanto para jovens negros os índices de homicídio estão bem próximos do índice nacional. São índices muito altos tanto para uns quanto para outros. Todavia, sobressai o fato de que o índice de mortalidade de jovens negros é três vezes maior do que o índice de mortalidade de jovens brancos.

E em Belo Horizonte, será que os homicídios de jovens também têm cor?

13 WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo. 2016, p. 58.





Com base nos dados disponibilizados pelo SIM, e tabulados por Waiselfisz (2012; p. 18)⁷, referente ao ano de 2010, é possível verificar que em Belo Horizonte a taxa de mortalidade de jovens de 15 a 29 anos, por causas externas, é de 78,6 jovens para cada 100 mil habitantes. Ao passo que a taxa de mortalidade de jovens brancos se localiza no patamar de 37,5 para cada 100 mil habitantes, a taxa de mortalidade de jovens negros é de 113,3, de modo que no ano de 2010, em Belo Horizonte, um jovem negro tinha três vezes mais chances de ser morto por causas externas do que um jovem branco. Cabe destacar ainda que, no ano de 2010, Belo Horizonte figurava como a décima primeira capital brasileira com as mais altas taxas no homicídio de jovens negros, sendo a segunda capital mais violenta fora do norte e nordeste – regiões em que se concentram as capitais em que mais se matam jovens negros no Brasil.

Tabela 1 – População, número e taxas de homicídio (em 100 mil) na população jovem das 27 capitais brasileiras

Município	UF	Populaçã o jovem 2010	Número de homicídios de jovens							Taxas de homicídio		
			Negro					Branc o	Total	Negr o	Branc o	Total
			2006	2007	2008	2009	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Maceió	AL	258.440	371	347	530	488	543	9	712	328,8	10,1	275,5
João Pessoa	PB	203.020	160	187	227	272	358	11	380	321,8	12,5	187,2
Vitória	ES	88.781	114	101	102	88	130	14	153	274,2	34,6	172,3
Recife	PE	406.620	838	809	786	675	484	33	546	199,1	20,9	134,3
Salvador	BA	753.196	724	831	1.184	1.278	1.162	79	1.272	190,3	61,8	168,9
Belém	PA	398.861	290	297	401	401	481	18	503	163,8	17,8	126,1
São Luís	MA	320.779	175	233	244	296	316	32	356	140,1	35,3	111,0
Porto Alegre	RS	351.676	102	133	122	98	106	172	285	134,8	63,5	81,0
Manaus	AM	541.362	301	325	377	442	482	27	515	122,7	19,2	95,1
Natal	RN	231.606	67	103	130	169	157	14	192	122,6	13,9	82,9
Belo Horizonte	MG	632.250	586	598	519	442	392	104	497	113,3	37,5	78,6
Macapá	AP	124.188	82	63	95	68	99	10	129	110,3	30,9	103,9
Brasília	DF	733.338	422	431	462	528	450	56	509	103,8	19,7	69,4
Cuiabá	MT	159.943	118	96	97	117	108	23	132	102,4	44,5	82,5
Aracaju	SE	166.259	109	91	100	91	112	5	127	100,0	9,8	76,4
Goiânia	GO	376.306	176	165	226	183	195	68	269	98,9	39,8	71,5
Porto Velho	RO	132.480	102	89	69	84	88	13	103	97,0	34,3	77,7



Fortaleza	CE	718.613	214	410	367	291	435	74	805	95,5	29,4	112,0
Florianópolis	SC	118.066	12	15	17	12	17	41	59	86,3	42,1	50,0
Rio de Janeiro	RJ	1.524.333	1.054	820	701	681	596	215	863	76,4	29,5	56,6
Teresina	PI	245.994	162	119	109	116	115	17	140	65,8	26,5	56,9
Curitiba	PR	462.959	61	55	91	70	64	488	563	64,8	136,3	121,6
Campo Grande	MS	217.420	71	100	82	85	57	22	80	53,7	20,6	36,8
Palmas	TO	76.789	14	12	15	14	26	7	33	50,3	31,1	43,0
Boa Vista	RR	88.885	20	28	25	33	31	4	40	47,7	19,5	45,0
Rio Branco	AC	101.646	45	35	29	28	29	4	43	38,9	16,4	42,3
São Paulo	SP	2.907.462	695	469	383	412	373	288	667	31,6	17,2	22,9

Fonte: processamento dos microdados do SIM e do Censo Demográfico 2010 – IBGE

Nota: as colunas "Total" incluem também outras categorias (indígena, amarelo)

Ao contrário do que se pode observar em outras capitais brasileiras, os números absolutos de mortes de jovens negros em Belo Horizonte experimentou uma queda significativa entre o ano de 2006 (586) e o ano de 2010 (392). Ainda assim se manteve em patamares muito mais elevados do que o número de homicídios observados entre jovens brancos em 2010 (104). Além do mais, uma rápida comparação entre as taxas totais de homicídios de jovens e as taxas de homicídios de jovens negros parece indicar que quanto mais violenta for a capital no que se refere à letalidade de jovens, mais violenta ela será para os jovens negros.

Na dissertação de mestrado intitulada *“O Genocídio dos Adolescentes Negros no Município de Belo Horizonte: Quem importa?”*¹⁴, Rejane Ferreira dos Reis, médica pediatra, epidemiologista e sanitarista da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, mostra que os dados referentes à vitimização letal de adolescentes na cidade de BH acompanham as tendências socioeconômicas e raciais identificadas no Brasil. Segundo a autora, *“O que mais chamou a atenção no trabalho é que Belo Horizonte tem uma importância expressiva no cenário nacional em relação aos homicídios. O Brasil já apresenta uma das maiores taxas do mundo e BH ocupa a oitava posição no cenário nacional em relação aos adolescentes”*.¹⁵ Em sua intervenção na audiência pública realizada pela Comissão Especial de Estudo no dia 28 de agosto de 2017, no Centro de Referência da Juventude, Rejane

14 REIS, Rejane Ferreira. *O Genocídio dos Adolescentes Negros no Município de Belo Horizonte: Quem importa?* Dissertação – Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

15 Vide notícia “Adolescentes negros são até cinco vezes mais vítimas de homicídio do que não negros”. Disponível em: <https://site.medicina.ufmg.br/inicial/adolescentes-negros-sao-ate-cinco-vezes-mais-vitimas-de-homicidio-do-que-nao-negros/>. Acesso em: 16 mai. 2018.



foi enfática ao afirmar que uma das consequências mais danosas dos altos índices de homicídios contra esses jovens-adolescentes são os anos potenciais de vida perdidos. Quanto mais novos morrem esses jovens, mais anos potenciais de vida são perdidos. Segundo ela, os anos potenciais de vida perdidos são quatro vezes maior entre jovens negros do que entre jovens brancos. Mas, como a própria autora pergunta no título de seu trabalho, quem importa?

3.2. Quem importa? Os dados de Belo Horizonte e suas regiões

Ao analisar a intensa participação popular durante as duas audiências públicas e os seminários organizados pela Comissão, bem como os relatos e depoimentos – tantas vezes emocionados – daqueles que tiveram familiares ou amigos próximos vitimados pela violência letal, podemos observar que muitos dos que se pronunciaram naqueles momentos não possuem outras oportunidades adequadas de expressarem seus pontos de vista e suas experiências. A ênfase dos discursos de boa parte dos que se pronunciaram nas audiências, seja no Centro de Referência da Juventude ou na Câmara Municipal de Belo Horizonte, foi na violência policial – letal ou não letal – cometida contra jovens negros e da periferia. A violência resultante da chamada “guerra ao tráfico” também mereceu destaque: alguns dos presentes denunciavam as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, mas também denunciavam a violência interna ao próprio tráfico, o que, de acordo com alguns deles, acarretava mortes de muitos jovens, também cometidas, em alguma medida, por outros jovens.

Em texto dedicado a discutir as possíveis conexões entre o mercado ilícito de drogas e o homicídio de jovens nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL), Flávio Saporì, além de diagnosticar as mesmas tendências nacionais observadas no Mapa da Violência – maior incidência em jovens de 15 a 24 anos, homens e negros – vai destacar que: “Os homicídios não se distribuem de forma homogênea no espaço urbano. Sua incidência é maior nas regiões mais pobres, caracterizadas por altos níveis de vulnerabilidade social.”¹⁶

Os dados sistematizados pelo IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil, desenvolvido por equipe técnica da PBH, com apoio do CRISP – UFMG, possibilitam, além do conhecimento sobre a situação de vulnerabilidade a que estão

¹⁶ SAPORI, Luis Flávio. A relação entre comércio de drogas ilícitas e homicídios no Brasil: um estudo comparativo das cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL). 2017. PUC Minas, No Prelo.



sujeitos os jovens de Belo Horizonte, o planejamento e o monitoramento das políticas públicas municipais voltadas para o público jovem. Composto por sete indicadores de vulnerabilidade juvenil, o índice varia entre 0 e 100 e permite identificar os territórios da cidade nos quais os jovens estão em situação de maior vulnerabilidade.

Mapa 1 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte

Mapa 2 – Homicídio de homens 15 a 29 anos de Belo Horizonte



Uma leitura contrastiva do Mapa 1 (Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte – IVJ-BH)¹⁷ e do Mapa 2 (Homicídio de homens de 15 a 29 anos)¹⁸ sinaliza que a afirmação feita por Saporì, e reproduzida acima, também se aplica a Belo Horizonte. Os dados organizados pelo IVJ-BH evidenciam que há uma

17 O IVJ-MG mostra a situação dos jovens de Minas Gerais no que diz respeito à exclusão social e às situações de risco que eles têm mais chances de viver. O IVJ-BH seguiu a metodologia utilizada pelo IVJ-MG, replicando o modelo de análise fatorial adotado. A análise fatorial é uma técnica estatística sofisticada que busca, através da avaliação de um conjunto de variáveis, a identificação de dimensões de variabilidade comuns existentes em um conjunto de fenômenos com o intuito de definir a estrutura das inter-relações entre as variáveis em análise (Corrar, Paulo e Dias Filho, 2007; Hair Jr. et al, 2009).

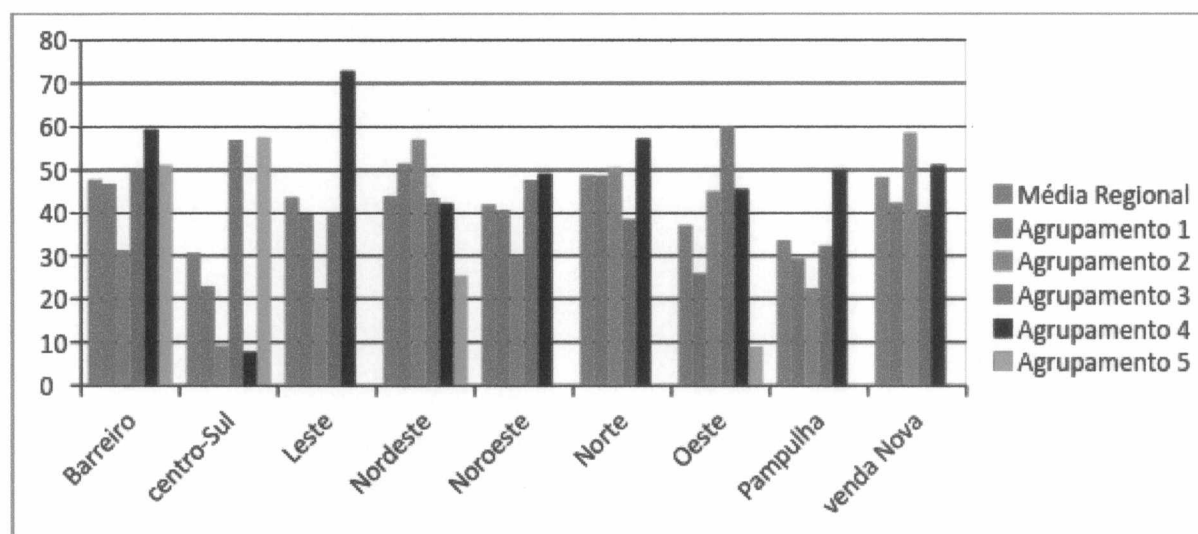
18 Calculou-se a taxa de homicídio da população masculina com base nas informações sobre mortes identificadas como as categorias CID-10 X85 a Y09 como causa básica do óbito. Em seguida, foi calculada a taxa bruta por 100 mil habitantes para os anos de 2013, 2014 e 2015, na qual, tanto os eventos quanto a população de risco foi discriminada como a população masculina com idade entre 15 e 29 anos. Finalmente, foi calculada a média aritmética da taxa bruta por 100 mil habitantes de homicídios da população masculina, com idade entre 15 e 29 anos, entre os anos de 2013 a 2015. A fonte de dados de homicídio foi o SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.



correlação positiva entre vulnerabilidade e homicídios, já que quanto mais vulnerável o território, maior a incidência de homicídios entre homens jovens com idade entre 15 e 29 anos.

Com uma análise detalhada do IVJ-BH, fazendo um recorte regional, pode-se observar que as maiores médias de vulnerabilidade entre as nove regionais da cidade são encontradas nas regionais Leste e Norte, com 43,7 pontos e 48,8 respectivamente, numa escala que varia de 0 a 100 pontos. Por outro lado, as regionais com as menores médias observadas foram as regionais Pampulha e Centro-Sul, com 33,6 pontos e 30,7 pontos respectivamente, numa escala de 0 a 100. Todavia, mesmo nas regionais citadas é possível observar uma considerável variação interna, separando, de certo modo, o morro e o asfalto.

Gráfico 1 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil dividido por territórios de Belo Horizonte¹⁹



Na regional Norte, onde se observa a maior média de vulnerabilidade da cidade (48,8), podemos identificar zonas com médias de vulnerabilidade de 38,5 (território 3) e de 57,2 (território 5). Na Região Leste, a segunda maior média de vulnerabilidade de BH (43,7), os contrastes são ainda maiores: a menor média de vulnerabilidade é 22,5 (território 2) e a maior é 72,8 (território 4). Concentrando a atenção nas duas regionais com menor média de vulnerabilidade, Pampulha e

¹⁹ Este gráfico foi produzido a partir de dados disponíveis no site do IVJ-BH. Disponível em: <https://monitorabh.pbh.gov.br/ivjbh>. Acesso em: 16 mai. 2018. As alterações de forma (cores e legendas) foram realizadas para deixar o gráfico mais didático.



Centro-Sul, também se verificam variações internas. Na regional Pampulha, onde se observa a segunda menor média de vulnerabilidade da cidade (33,6), identificam-se zonas com médias de vulnerabilidade de 22,5 (território 2) e de 50,0. Na regional Centro-Sul, a menor média de vulnerabilidade de BH (30,7), os contrastes são ainda maiores: a menor média de vulnerabilidade é 7,8 (território 4) e a maior é 57,6 (território 5).

Dentre os vários aspectos que podem ser destacados das informações contidas no gráfico acima, tem-se o fato de que a menor média observada na regional Leste, no território 2 (22,5) é exatamente igual à menor média observada no território 2 da regional Pampulha (22,5). Essa coincidência pode estar sinalizando que a divulgação de informações sobre os territórios da cidade, levando em consideração apenas as regionais, talvez não seja a melhor forma de identificar as semelhanças entre os territórios, bem como as distintas situações de vulnerabilidade entre eles. Essa possível inadequação pode ensejar algumas críticas feitas ao IVJ-BH durante o seminário realizado no CRJ, no momento de exposição da professora Juliana Batista, do Observatório da Juventude da UFMG, que utilizou o indicador para evidenciar a situação de desigualdade vigente na cidade.

Para tentar contornar essa dificuldade, este estudo preparou a tabela a seguir, que apresenta a listagem de bairros, vilas e favelas que compõem os territórios de Belo Horizonte, hierarquizando-os desde a mais baixa até a mais alta vulnerabilidade, segundo o IVJ-BH.

Tabela 2 – Territórios de Belo Horizonte hierarquizados por níveis de vulnerabilidade

Territórios	Bairros, vilas e favelas ²⁰	IVJ-BH
CS4	Santo Antônio, Cidade Jardim, São Pedro, Vila Paris, Luxemburgo, Coração de Jesus, São Bento, Santa Lúcia	7,8
O5	Buritis, Estoril, Olhos d'Água, Santa Lúcia, Belvedere	8,9
CS2	São Lucas, Serra, Carmo, Comiteco, Cruzeiro, Anchieta, Sion, Novo São Lucas, Mangabeiras, Belvedere	9,2
L2	Sagrada Família, Horto, Santa Tereza, Vila Dias, São Vicente, João Alfredo, Horto Florestal, Floresta, Colégio Batista	22,5

20 A relação de bairros, vilas e favelas de cada um dos territórios de Belo Horizonte foi obtida, e posteriormente adaptada, do site "Bairros de Belo Horizonte". Disponível em: <http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/bairros-por-regional-administrativa/>. Acesso em: 16 mai. 2018.



P2	São José, Ouro Preto, Novo Ouro Preto, Conjunto Lagoa, Castelo, Vila Engenho Nogueira, Vila Paquetá, Paquetá, Engenho Nogueira, Bandeirantes, Lagoa da Pampulha, São Luíz	22,5
CS1	Centro, Barro Preto, Santo Agostinho, Funcionários, Boa Viagem, Lourdes, Savassi, Floresta, Carlos Prates, Santa Efigênia	22,9
O1	Jardim América, Nova Suíssa, Prado, Grajaú, Calafate, Nova Granada, Gutierrez, Alto Barroca, Barroca, Salgado Filho	26
P1	Garças, Trevo, Bispo de Maura, Santa Branca, Xangrilá, Itapoã, Nova Pampulha, Santa Amélia, Conjunto São Francisco de Assis, Unidas, Braúnas, Jardim Atlântico, Céu Azul, Santa Mônica, Universo, Copacabana	29,4
NO2	Caiçaras, Caiçara-Adelaide, Alto Caiçaras, Monsenhor Messias, Jardim Montanhês	30,2
B2	Diamante, Teixeira Dias, Santa Margarida, Átila de Paiva, Vila Tirol, Santa Helena, Barreiro, Vila Átila de Paiva, Ademar Maldonado, João Paulo II	31,3
P3	Campus UFMG, Vila Suzana Primeira Seção, Jaraguá, Santa Rosa, Vila Rica, Dona Clara, Vila Aeroporto Jaraguá, Liberdade, São Francisco, Vila Santa Rosa, Vila Real Primeira Seção, Vila São Francisco, Vila Real Segunda Seção, Universitário, Vila Santo Antônio, Vila Suzana Segunda Seção, Indaiá, Aeroporto, Suzana	32,4
N3	Planalto, Bacurau, Floramar, Biquinhas, São Tomáz, Campo Alegre, Vila Aeroporto, Heliópolis, São Bernardo, Jardim Guanabara, Vila Clóris	38,5
L1	Santa Inês, Nova Vista, São Geraldo, Casa Branca, Mariano de Abreu, Vila São Geraldo, Camponesa Primeira Seção, Caetano Furquim, Vila Boa Vista, Camponesa Segunda Seção, Grotta, Boa Vista	39,7
L3	Vila Vera Cruz Primeira Seção, Esplanada, Paraíso, Saudade, Pompéia, Pirineus, Jonas Veiga, Vila União, Vila Nossa Senhora do Rosário, Vila São Rafael, Belém, Vila Paraíso, Cônego Pinheiro Primeira Seção, Cônego Pinheiro Segunda Seção, Vila Vera Cruz Segunda Seção, Vera Cruz, Novo São Lucas	39,9
VN3	Candelária, Letícia, Rio Branco, São João Batista, Vila São João Batista, Nossa Senhora Aparecida, Venda Nova, Vila Canto do Sabiá, Santa Mônica	40,6
NO1	Ermelinda, Sumaré, Vila Maloca, Vila Nova Cachoeirinha Primeira Seção, Vila Sumaré, Santo André, Vila Nova Cachoeirinha Segunda Seção, Aparecida Sétima Seção, Nova Esperança, Bonfim, Senhor dos Passos, Bom Jesus, Pedreira Prado Lopes, Aparecida, Nova Cachoeirinha, São Cristóvão, Lagoinha	40,7
NE4	Renascença, São Sebastião, Santa Cruz, Maria Virgínia, Vila da Paz, Vila Inestan, Cachoeirinha, Concórdia, Vila do Pombal, Canadá, Tiradentes, São Cristóvão, Colégio Batista	42,2
VN1	Europa, Canaã, Laranjeiras, Conjunto Minascaixa, Cenáculo, Minascaixa, São Damião, Serra Verde, Parque São Pedro, Vila Satélite, Conjunto Serra Verde, Vila Clóris, Jaqueline	42,3
NE3	São Paulo, São Marcos, Fernão Dias, Eymard, Maria Goretti, Dom Joaquim, Penha, Ipê, Pirajá, Vila São Paulo, Andiroba	43,4



O2	Ambrosina, Gameleira, Cabana do Pai Tomás, Vila Nova Gameleira segunda Seção, Madre Gertrudes, Vila Nova Gameleira Terceira Seção, Maravilha, Santa Maria, Camargos, Vila Oeste, Nova Gameleira, Vista Alegre, Vila Calafate, Virgínia, Sport Club, Guaratã, Vila Madre Gertrudes Terceira Seção, Custodinha, Vila Nova Gameleira Primeira Seção, Bairro das Indústrias II, Vila Vista Alegre, Vila Madre Gertrudes Quarta Seção, Vila Madre Gertrudes Segunda Seção, Nova Cintra, Imbaúbas, Vila Madre Gertrudes Primeira Seção, Vila da Amizade, Jardinópolis, Oeste	45,1
O4	Ventosa, Marajó, Betânia, Havaí, Cinqüentenário, Parque São José, Vila Havaí, Estrela do Oriente, Palmeiras, Vila Nova Paraíso, Vila Betânia	45,5
B1	Alta Tensão Segunda Seção, Bernadete, São João, Bairro das Indústrias I, Bairro Novo das Indústrias, Bonsucesso, Vila Nova dos Milionários, Vila Pilar, Conjunto Bonsucesso, Vila Olhos d'Água, Vila COPASA, Milionários, Pilar, Alta Tensão Primeira Seção, Olhos d'Água	46,7
NO3	Glória, Coqueiros, São Salvador, Vila Coqueiral, Novo Glória, Pindorama, Califórnia, Conjunto Califórnia I, Vila Trinta e Um de Março, Álvaro Camargos, Dom Bosco, Conjunto Califórnia II, Conjunto Novo Dom Bosco, Vila Califórnia, Conjunto Jardim Filadélfia, Inconfidência	47,6
N1	Etelvina Carneiro, Frei Leopoldo, Zilah Spósito, Vila Nova, Juliana, Mariquinhas, Madri, Xodó-Marize, Satélite, Jaqueline	48,7
NO4	Lorena, Coração Eucarístico, Vila PUC, Marmiteiros, São Francisco das Chagas, Dom Cabral, Padre Eustáquio, Vila das Oliveiras, Minas Brasil, Alto dos Pinheiros, João Pinheiro, Delta, Oeste, Carlos Prates	49,2
P4	Santa Terezinha, Urca, Confisco, Vila Jardim Alvorada, Conjunto Celso Machado, Itatiaia, Vila Jardim Montanhês, Vila Santo Antônio Barroquinha, Serrano, Manacás, Jardim São José, Jardim Alvorada, Alípio de Melo, Vila Antena Montanhês, Vila Jardim São José, Inconfidência	50
B3	Itaipu, Vila Piratininga, Marieta Segunda Seção, Lindéia, Tirol, Túnel de Ibirité, Jatobá, Marilândia, Marieta Terceira Seção	50,3
N2	Granja Werneck, Tupi B, Monte Azul, Maria Teresa, Solimões, Novo Tupi, Tupi A, Mirante, Lajedo, Novo Aarão Reis, Jardim Felicidade, Conjunto Floramar, Capitão Eduardo, Ouro Minas, Ribeiro de Abreu	50,6
VN4	Piratininga, Lagoinha, Leblon, Vila Piratininga, Venda Nova, Vila Santa Mônica Primeira Seção, Apolônia, Jardim Leblon, Vila dos Anjos, Várzea da Palma, Flamengo, Lagoa, Vila Copacabana, Vila Jardim Leblon, Vila Santa Mônica Segunda Seção, Céu Azul, Universo, Copacabana	51,1
B5	Castanheira, Olaria, Santa Cecília, CDI Jatobá, Mineirão, Vila Pinho, Vila Formosa, Distrito Industrial do Jatobá, Vila Batik, Conjunto Jatobá, Vila Mangueiras, Vale do Jatobá, Santa Rita, Jardim do Vale, Ernesto do Nascimento, Vila Ecológica, Águas Claras, Mangueiras, Petrópolis, Vitória da Conquista, Vila Petrópolis, Independência, Vila Independência Primeira Seção, Vila Independência Segunda Seção, Vila Independência Terceira Seção, Marieta Primeira Seção	51,1
NE1	Paulo VI, Conjunto Capitão Eduardo, Grotinha, Antônio Ribeiro de Abreu, Belmonte, Acaiaca, Boa Esperança, Ouro Minas, Vista do Sol, Dom Silvério, Nazaré, Conjunto Paulo VI, Vila São Dimas, Três Marias, Vila Esplanada, Vila São Gabriel Jacuí, Beira-Linha, Vila Ouro Minas, Vila São Gabriel, Beija Flor, Ribeiro de Abreu, São Gabriel, Capitão Eduardo	51,5

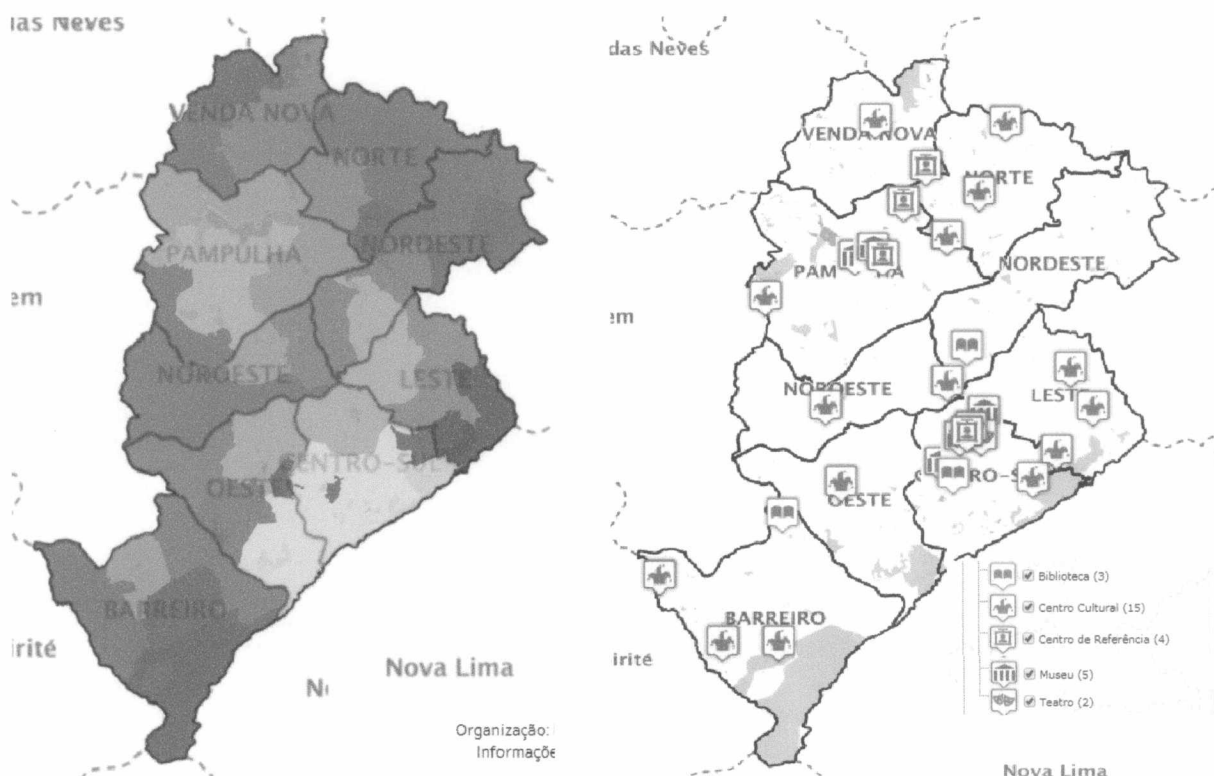


CS3	Nossa Senhora do Rosário, Acaba Mundo, Pindura Saia, Vila FUMEC, Santa Isabel, Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Santana do Cafezal, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Aparecida, Vila Novo São Lucas, Fazendinha, Baleia	57
NE2	Jardim Vitória, Mirtes, Vitória, Guanabara, Vila Maria, Goiânia, Pousada Santo Antônio, São Benedito, Bela Vitória, Morro dos Macacos, Vila da Luz	57,1
N4	Guarani, Providência, São Gonçalo, Conjunto Providência, Minaslândia, Aarão Reis, Boa União Segunda Seção, Vila Primeiro de Maio, Vila Minaslândia, Boa União Primeira Seção, Primeiro de Maio, Suzana, São Gabriel	57,2
CS5	Ápia, Conjunto Santa Maria, Vila Bandeirantes, Monte São José, Mala e Cuia, Santa Rita de Cássia, Vila Barragem Santa Lúcia, Estrela	57,6
VN2	Nova América, Vila SESC, Maria Helena, Vila Mantiqueira, Mantiqueira, Jardim dos Comerciantes	58,6
B4	Vila CEMIG, Brasil Industrial, Esperança, Araguaia, Flávio Marques Lisboa, Serra do Curral, Cardoso, Flávio de Oliveira, Novo Santa Cecília, Solar do Barreiro, Corumbiara, Pongelupe, Miramar, Alto das Antenas	59,4
O3	São Jorge Terceira Seção, Barão Homem de Melo Segunda Seção, Leonina, Santa Sofia, São Jorge Primeira Seção, Barão Homem de Melo Terceira Seção, Pantanal, Alpes, Chácara Leonina, Vila Antena, Barão Homem de Melo Primeira Seção, São Jorge Segunda Seção	60,2
L4	Granja de Freitas, Taquaril, Cidade Jardim Taquaril, Alto Vera Cruz, Conjunto Taquaril, Vila da Área, Baleia, Mangabeiras	72,9

Para quem conhece a cidade de Belo Horizonte fica fácil observar que os índices de vulnerabilidade de determinados territórios evidenciam uma sutil, mas eficaz, linha que divide a cidade entre áreas nobres, áreas populares e áreas periféricas. Entretanto, para quem não conhece a cidade de Belo Horizonte, o cruzamento de dados sobre vulnerabilidade com dados sobre a existência de equipamentos públicos (Mapa 3), poderá deixar mais evidentes as fraturas raciais em BH.



Mapa 3 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil X equipamentos culturais públicos



A superposição do mapa de distribuição de equipamentos culturais públicos²¹ e do mapa de vulnerabilidade juvenil, ao mesmo tempo em que mostra uma distribuição relativamente democrática de centros culturais em todas as regionais da cidade, também evidencia uma concentração de museus e teatros justamente nas regionais e nos territórios com baixos indicadores de vulnerabilidade. Além disso, nos territórios mais vulneráveis da cidade – aqueles marcados por cores mais intensas – não se consegue identificar nenhum dos equipamentos culturais listados pela Prefeitura de Belo Horizonte (biblioteca, centro cultural, centro de referência, museu e teatro).

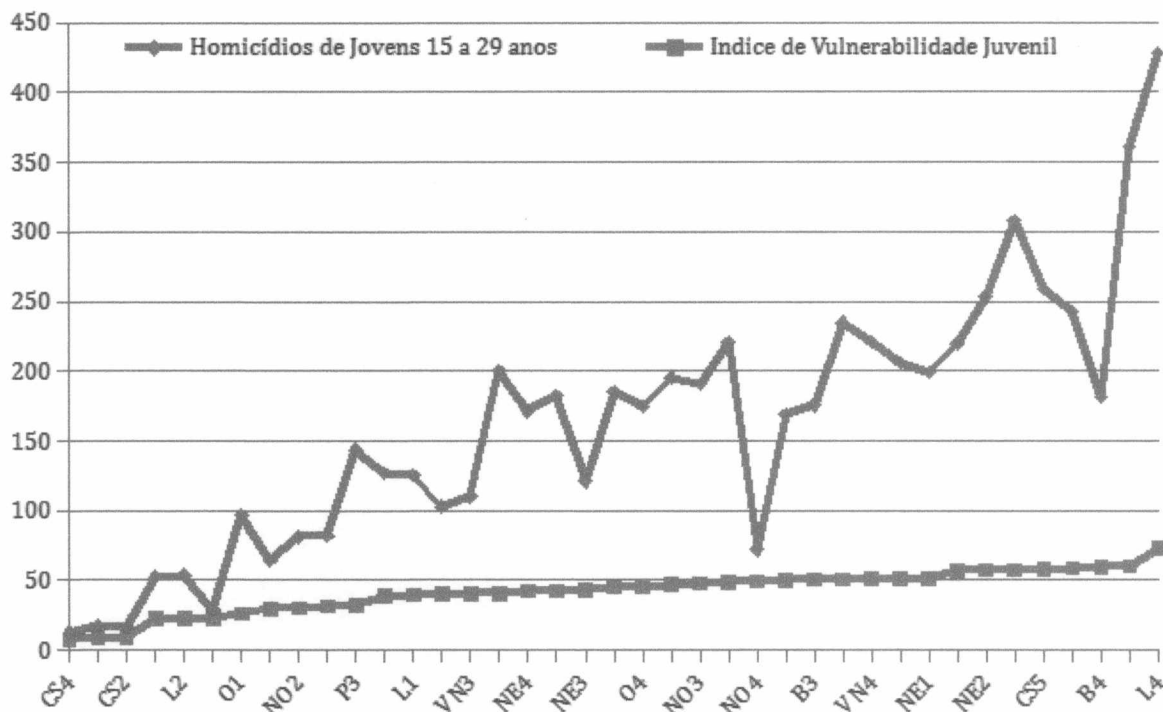
Outro cruzamento que parece fundamental para a compreensão da desigualdade social e dos modos como ela impacta a vida dos jovens, sobretudo dos jovens negros, é entre o IVJ dos diferentes territórios Belo Horizonte com as taxas de homicídios de homens de 15 a 29 anos na cidade. No gráfico abaixo, verifica-se uma forte associação entre os dois indicadores, tornando evidente o fato

21 O Mapa Interativo dos Equipamentos de Cultura e Turismo de Belo Horizonte pode ser acessado no site da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/equipamentos/cultura-e-turismo>. Acesso em: 16 mai. 2018.



de que são os jovens homens, moradores dos territórios mais vulneráveis, aqueles que estão mais expostos aos homicídios.

Gráfico 2 – Taxa de homicídios de homens de 15 a 29 anos e Índice de Vulnerabilidade Juvenil por territórios de BH²²



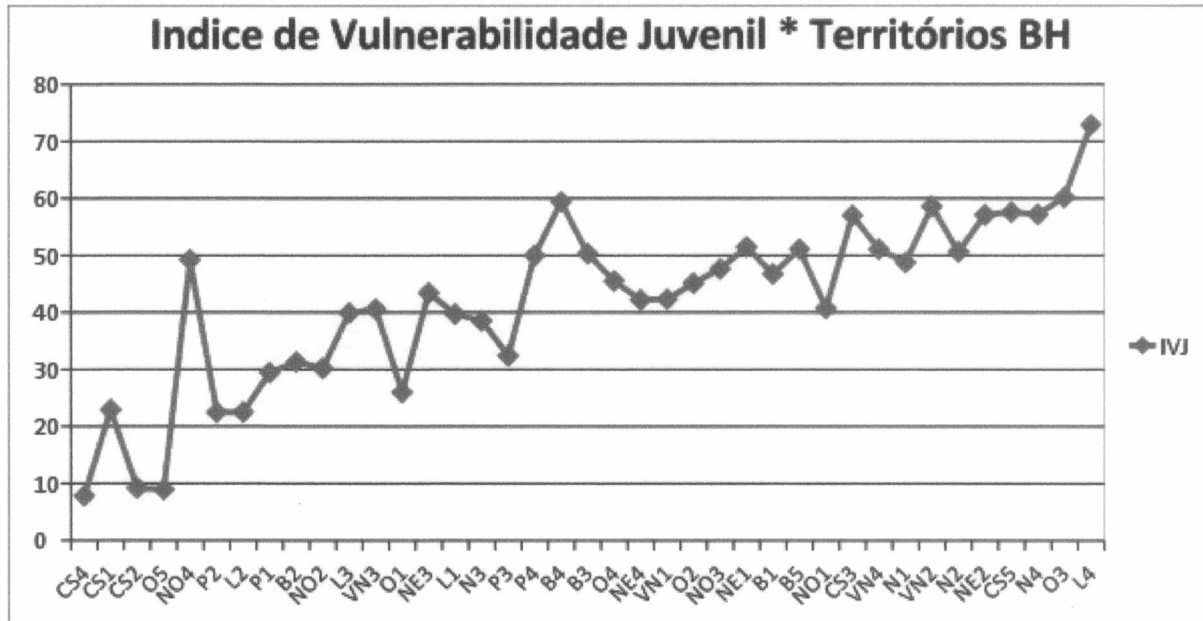
Os dois gráficos apresentados abaixo, o primeiro mostrando a evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil nos territórios de BH e o segundo mostrando as taxas de homicídios de jovens nos territórios de BH, reforçam a tendência associativa, já observada no Gráfico 2, entre vulnerabilidade e homicídios de homens de 15 a 29 anos. Não se trata, no entanto, de uma associação linear entre os indicadores, já que em alguns territórios com alto índice de vulnerabilidade a taxa de mortalidade é mais baixa do que em territórios com índice de vulnerabilidade mais elevado (é o caso, por exemplo do território NO4 que apresenta taxa de vulnerabilidade de 49,2, mas que tem uma taxa de homicídio de homens de 22,5). Todavia, sem desconsiderar as variações que merecem um olhar posterior mais cuidadoso, é possível observar uma tendência diretamente proporcional: quanto mais baixo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, mais baixa a taxa de mortalidade de

²² O Gráfico 2 foi produzido a partir dos dados disponibilizados no site do IVJ-BH, na seção sobre índice e indicadores. Disponível em: https://monitorabh.pbh.gov.br/ivjbh/#%C3%8Dndice%20_%20e%20Indicadores. Acesso em: 16 mai. 2018.



jovens entre 15 e 29 anos (CS4, O5 e CS2); e, por outro lado, quanto mais alto o IVJ, maior a taxa de homicídios de homens de 15 a 29 anos (B4, O3 e L4).

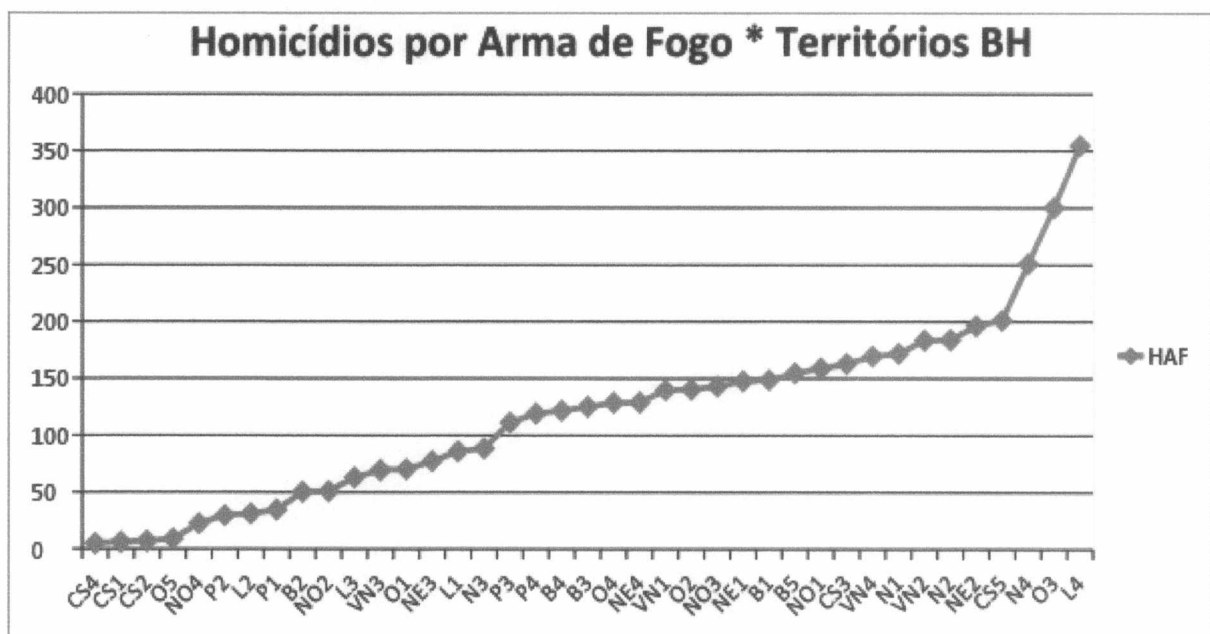
Gráfico 3 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil dividido por territórios de Belo Horizonte²³



23 O Gráfico 3 foi produzido a partir dos dados disponibilizados no site do IVJ-BH, na seção sobre índice e indicadores. Disponível em: https://monitorabh.pbh.gov.br/ivjbh/#%C3%8Dndice%20_%20e%20Indicadores. Acesso em: 16 mai. 2018.



Gráfico 4 – Taxas de homicídios de homens de 15 a 29 anos divididas por territórios de Belo Horizonte



Após a análise da Tabela 2 e dos gráficos 3 e 4, fica fácil perceber a coerência da afirmação de Saporì: “Os homicídios não se distribuem de forma homogênea no espaço urbano. Sua incidência é maior nas regiões mais pobres, caracterizadas por altos níveis de vulnerabilidade social”. Os dados disponibilizados pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil na página Monitora BH (<https://monitorabh.pbh.gov.br>) são excelentes para sustentar empiricamente tal afirmação. Todavia, a exemplo de outros instrumentos de avaliação e monitoramento criados e/ou utilizados por instituições públicas, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte não nos permitia, até o final do mês de agosto de 2017²⁴, descobrir qual a cor/raça dos jovens em situação de vulnerabilidade e em risco potencial de morte por armas de fogo.

Parodiando a pergunta que compõe o título da dissertação de Rejane Ferreira dos Reis, lançamos as seguintes perguntas: afinal, a quem interessa o

24 A disponibilização, na página Monitora BH, de dados desagregados por raça/cor e sexo do IVJ-BH pode ser considerada um resultado parcial do trabalho da Comissão Especial de Estudo do Genocídio da Juventude Negra e Pobre. Antes da audiência pública realizada no dia 28 de agosto de 2017 no Centro de Referência da Juventude, organizada pela CEE, a vereadora Áurea Carolina entrou em contato com o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Reis, e solicitou formalmente as informações desagregadas. A solicitação foi atendida e os dados foram inseridos na página. Todavia, é preciso destacar que, mesmo com a desagregação, não é possível gerar automaticamente mapas temáticos desagregados por cor/raça ou gênero dos jovens de Belo Horizonte.

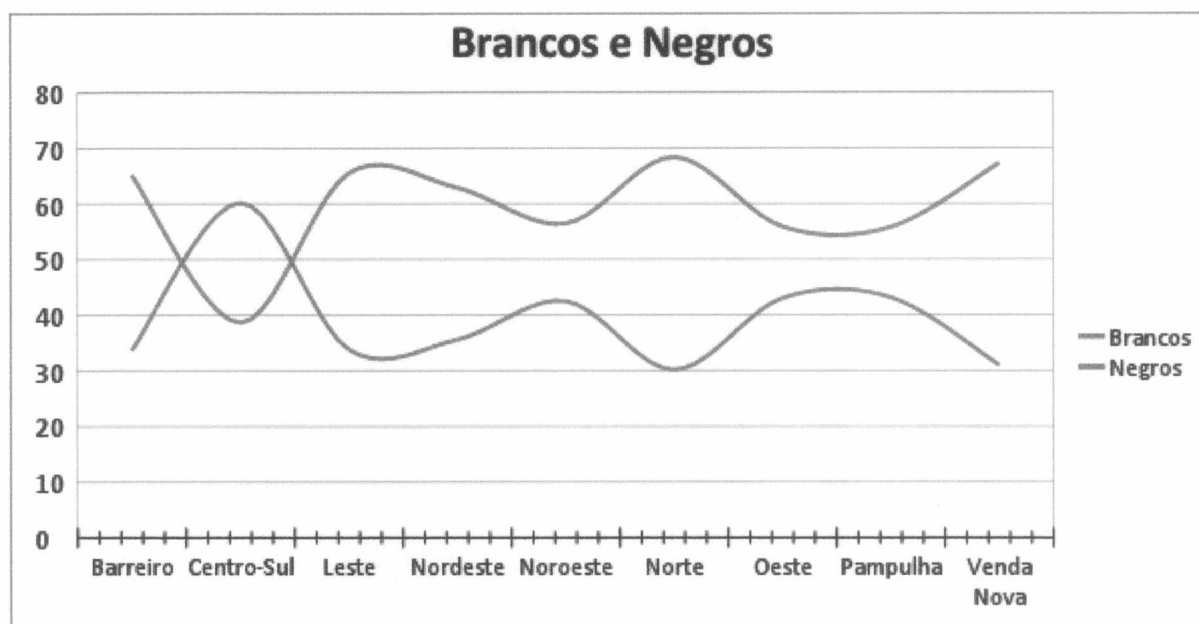


silenciamento sobre a cor/raça dos jovens que, no Brasil, e em Belo Horizonte, estão em situação de vulnerabilidade juvenil e mais expostos ao risco de serem mortos? O que tal silenciamento quer dizer sobre as imagens projetadas sobre esses jovens e sobre o Brasil? Será mesmo que todas as vidas importam?

3.3. Qual a cor da vulnerabilidade e dos homicídios em Belo Horizonte?

Belo Horizonte é uma cidade negra! Em 2010, 52,4% da população se autodeclarava negra (somando pretos e pardos) e 47,4% da população se autodeclarava branca²⁵. Apesar das proporções relativamente equilibradas, o que dá impressão de certo equilíbrio na distribuição racial na cidade, um olhar mais detido para a distribuição da população nas regionais e, sobretudo, nos territórios de BH, evidencia uma ocupação racializada dos espaços. Os dados referentes à regional Centro-Sul, por exemplo, contrastam com a tendência, relativamente equilibrada, observada na cidade (Gráfico 5), já que quase 60% dos moradores desta região se autodeclararam brancos em 2010, ao passo que pouco menos de 40% dos moradores se autodeclararam negros.

Gráfico 5 – Distribuição da população por raça/cor nas regionais de Belo Horizonte



²⁵ Em razão da ausência de dados sobre o perfil racial da população de Belo Horizonte, sobretudo no que se refere aos territórios da cidade, foi preciso fazer um trabalho manual de extração dos dados de raça/cor.



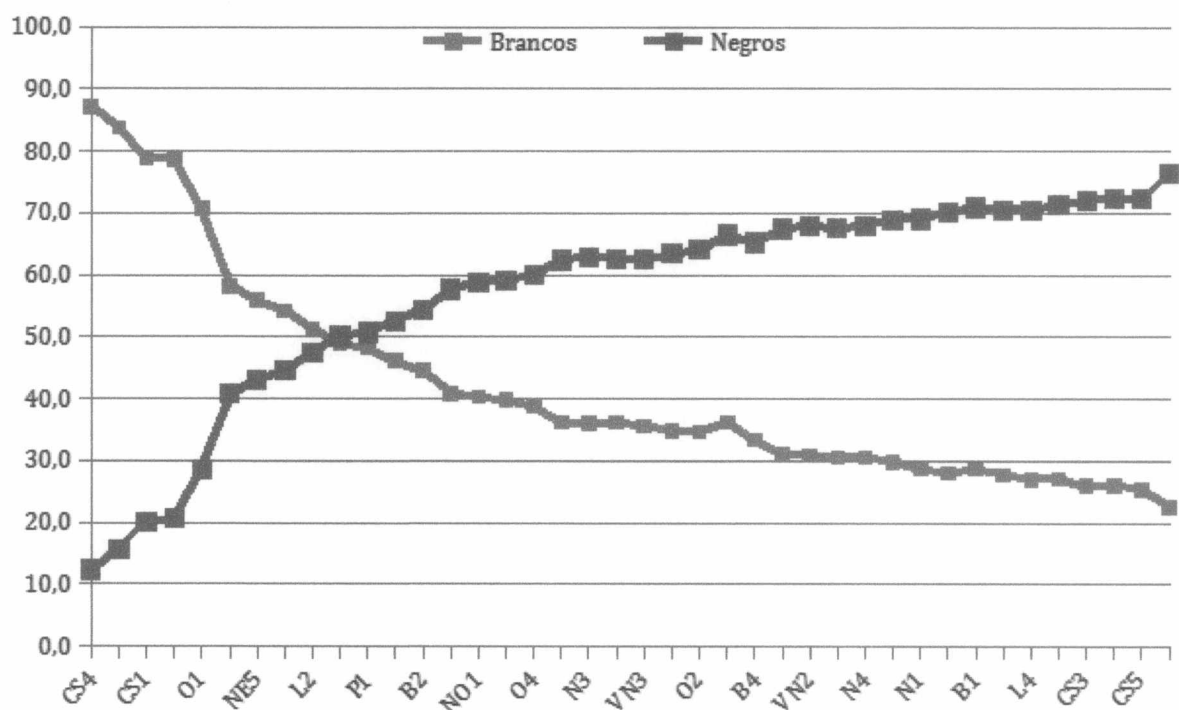
Apesar das diferenças na distribuição racial entre as regionais da cidade, observáveis no gráfico acima, a agregação de dados por regionais, como tem sido enfatizado ao longo deste relatório, nem sempre é a melhor forma de ler a cidade. No que se refere à distribuição racial nos diferentes espaços, um olhar concentrado apenas nas regionais certamente não é o melhor parâmetro. E é exatamente por isso que este estudo elaborou dois gráficos, apresentados a seguir, que mostram a distribuição racial da população de Belo Horizonte levando em consideração os diferentes territórios de cada regional, e procurando mostrar as diferenças percentuais entre negros e brancos²⁶ em cada um deles.

No gráfico a seguir (Gráfico 6), são expostas as linhas referentes à distribuição por raça/cor nos territórios da cidade de Belo Horizonte. Nele se destacam linhas que rapidamente se encontram, mas, sobretudo, se distanciam, evidenciando a existência de territórios majoritariamente brancos e, ao mesmo tempo, territórios majoritariamente negros na cidade. Em coerência com a característica racial da cidade, majoritariamente negra, é possível observar que na maioria dos territórios belo-horizontinos (30 em 39) a população negra soma mais do que 50%.

26 Para obter este dado, subtraímos o percentual de autodeclarados brancos pelo percentual de autodeclarados negros. Nesse sentido, um resultado positivo evidencia um percentual de brancos superior ao de negros e um valor negativo representa um percentual de negros superior ao de brancos.



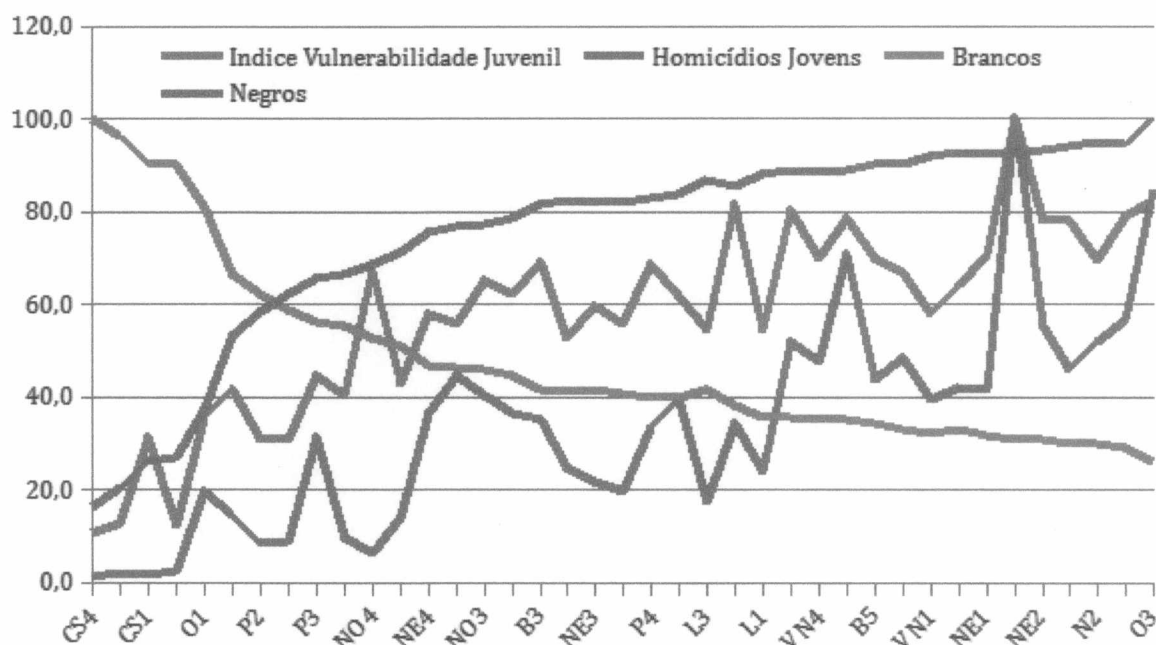
Gráfico 6 – Distribuição racial da população por territórios de Belo Horizonte



Mesmo constatando a prevalência de territórios da cidade com maior proporção de autodeclarados negros, é importante observar quais são os territórios com o maior percentual de autodeclarados brancos. Adicionalmente, é importante observar como as características sociodemográficas e, sobretudo, a situação em relação ao Índice de Vulnerabilidade Juvenil e as taxas de homicídios de homens de 15 a 29 anos se articulam com as características raciais dos territórios. No Gráfico 7, buscou-se reproduzir as interações entre algumas variáveis importantes neste estudo: IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil, HH – homicídios de homens de 15 a 29 anos, percentual de autodeclarados negros e percentual de autodeclarados brancos.



Gráfico 7 – Vulnerabilidade, homicídios e distribuição racial por territórios de Belo Horizonte



Para tornar as quatro variáveis comparáveis entre si, foi feita uma ponderação nos valores específicos, definindo que a variação de todos eles seria de 0 a 100 pontos. Assim, o IVJ passou a variar de 0 a 100, onde 0 é o território com o IVJ mais baixo e 100 o território com o IVJ mais alto. O HH também passou a variar entre 0 a 100, onde 0 é o território com as mais baixas taxas de homicídio observadas na cidade e 100 o território com as mais altas taxas de homicídio observadas na cidade. O percentual de negros na população passou a variar entre 0 e 100, onde 0 é o território com a mais baixa proporção de negros na cidade e 100 é o território com as mais altas proporções de negros na cidade. Por fim, o percentual de brancos na população passou a variar entre 0 e 100, onde 0 é o território com a mais baixa proporção de brancos na cidade e 100 é o território com as mais altas proporções de brancos na cidade.

Embora a disposição das variáveis apresentadas no Gráfico 7 não demonstre uma correlação linear entre todas elas, definindo que nos territórios com alto Índice de Vulnerabilidade Juvenil haja, necessariamente, altas taxas de homicídios de homens de 15 a 29 anos, a interação entre as variáveis é evidente. De modo geral, é possível observar que, nos territórios onde se verifica a menor proporção de negros (CS4, CS1, CS2 e O5), constata-se também os mais baixos Índices de



Vulnerabilidade Juvenil, bem como as mais baixas taxas de homicídios de homens de 15 a 29 anos da cidade. Por outro lado, nota-se que, nos territórios onde há maior proporção de negros (CS5, N4, O3 e L4), verificam-se também os mais altos Índices de Vulnerabilidade Juvenil, bem como as mais altas taxas de homicídios por armas de fogo.

Nesse sentido, se a partir dos dados fornecidos pelo IVJ-BH é possível afirmar que os jovens que moram nos territórios com menores IVJ estão menos sujeitos a serem assassinados, constata-se, com base nos dados tabulados neste relatório, que são os jovens brancos aqueles mais protegidos de situações de vulnerabilidade juvenil, entre elas, a mortalidade violenta. A observação do outro extremo do gráfico também não deixa dúvidas: os jovens que moram nos territórios com as mais altas taxas de vulnerabilidade juvenil são majoritariamente negros e estão mais sujeitos a serem mortos por arma de fogo.

Enfim, conclui-se que vulnerabilidade juvenil e risco de vitimização não são atravessadas apenas por dimensões territoriais e socioeconômicas na cidade de Belo Horizonte, mas também por dimensões raciais. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e racializado de morte de jovens negros. O mais grave, no entanto, é a percepção de que apesar de já existirem, na atual conjuntura, possibilidades de identificação das características socioeconômicas, de gênero e raciais dos jovens potencialmente vitimizados, pouco tem sido realizado para efetivar o direito à vida desses sujeitos. É necessária uma atuação preventiva, sistemática e decidida para conter os homicídios de jovens negros e pobres. É preciso dizer em bom tom, portanto, que algo que impede o País de avançar nessa direção é o velho, silencioso e eficiente racismo à brasileira.



4. APONTAMENTOS FINAIS

O trabalho realizado ao longo de 2017 pela Comissão Especial de Estudo iniciou, de forma inédita na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), um processo de escuta e diálogo entre agentes de órgãos públicos, de instituições acadêmicas e da sociedade civil com foco no enfrentamento aos homicídios de jovens negros e pobres na cidade. Com o desenrolar de uma série de reuniões, audiências públicas, visitas técnicas e seminários, foi possível conhecer diferentes perspectivas sobre o problema e apontamentos para a construção de políticas públicas e outras intervenções, considerando, dada a competência da Comissão, o Executivo municipal como a principal esfera de incidência.

Ficou demonstrado que a violência sofrida pelos jovens negros e pobres é um fenômeno multifacetado, que exige a construção de ações articuladas e intersetoriais. Nesse sentido, como foi reiterado nas várias discussões, é necessário atuar em todos os níveis de governo – do local ao nacional, tendo em vista também o contexto internacional – e junto aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como desenvolver estratégias de governança entre tais instâncias e setores com ampla participação social. Assim, é fundamental que as diversas instituições de defesa da cidadania não sejam omissas e assumam as suas devidas responsabilidades, buscando desnaturalizar e interromper a reprodução da violência letal contra jovens negros e pobres.

A seguir, são feitas recomendações que sintetizam as diferentes contribuições registradas pela relatoria da Comissão. Esta sistematização reflete um primeiro esforço institucional articulado em escala municipal, ainda que incipiente, para o enfrentamento à violência e ao genocídio contra a juventude negra e pobre em Belo Horizonte, como diagnosticado no estudo descrito anteriormente. É certo que tal esforço requer continuidade e a participação de diferentes instituições e entidades do poder público e da sociedade civil. Em função disso, são sugeridos caminhos possíveis para a superação dessa terrível e inaceitável realidade em Belo Horizonte.

Ressalte-se, por fim, a insuficiência da relatoria da Comissão, inclusive em função da não disponibilização de suporte técnico especializado pela CMBH, fator que limitou a capacidade operativa e analítica do trabalho. Ademais, é de extrema importância que este relatório parcial seja revisado, qualificado e aprofundado com sugestões e críticas de pessoas, instituições e movimentos interessados.



4.1. Recomendações

Belo Horizonte precisa construir, urgentemente, um Plano Municipal de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens Negros e Pobres.

A principal recomendação deste trabalho é a formulação, pela Prefeitura de Belo Horizonte, com efetiva participação da sociedade civil, de um Plano Municipal de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens Negros e Pobres, compreendendo e tratando a violência como fenômeno multifacetado. O plano deverá conter iniciativas articuladas e intersetoriais, além de ações e metas para enfrentamento ao genocídio de jovens negros e pobres na cidade. Uma medida, já em andamento, deve ser a implementação da campanha Instinto de Vida, que tem como meta reduzir em 50% a taxa de homicídios em 10 anos na América Latina e cuja adesão foi assinada pelo município de Belo Horizonte junto ao Instituto Igarapé, na ocasião do 1º Seminário Municipal de Prevenção ao Crime e à Violência, realizado em 23 de novembro de 2017. Recomenda-se que a proposição do plano e sua execução contemplem os seguintes eixos estratégicos:

a) Políticas sociais especializadas de prevenção à violência

- Construção de políticas específicas de prevenção à violência e promoção dos direitos juvenis nas diversas áreas das políticas públicas, com inversão de prioridades nos investimentos e focalização nos territórios com maior incidência de homicídios e maiores índices de vulnerabilidade juvenil (priorização de cobertura de serviços e investimento orçamentário nos territórios mais críticos);
- Enfrentamento ao racismo institucional, por meio de ações intersetoriais, na execução das políticas públicas nos territórios, a fim de efetivar os direitos fundamentais e a redução da vulnerabilidade social da população negra;
- Qualificação institucional e capacitação técnica dos/das servidores/as públicos para o enfrentamento ao racismo institucional;
- Desenvolvimento de metodologias e realização de processos participativos de planejamento de políticas públicas e estratégias de governança para enfrentamento ao genocídio da juventude negra;
- [Juventudes] Estruturação e fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas de juventude com efetiva participação juvenil, assegurando



infraestrutura e equipes técnicas adequadas. Em especial, reativar o Conselho Municipal de Juventude e promover a descentralização do Centro de Referência da Juventude;

- [Educação] Investimento na abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos territórios de maior vulnerabilidade social;
- [Educação] Especial atenção aos adolescentes e jovens negros que estão fora da escola, buscando sua reinserção escolar, e garantia de permanência desses sujeitos na escola;
- [Educação] Formulação e execução, nas escolas municipais, de matrizes curriculares e planos de ensino voltados à redução da violência e à valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena, a partir da capacitação dos/as profissionais envolvidos/as;
- [Saúde] Formulação e execução de política de drogas pautada na redução de danos e na rede de proteção da saúde mental, além de oferta adequada dos serviços de saúde para os diferentes segmentos juvenis – mulheres jovens, jovens negros, jovens LGBT, jovens moradores de ocupações urbanas, jovens indígenas etc.;
- [Cultura] Apoio, desburocratização e incentivo à ocupação dos espaços públicos e às diversas iniciativas de cultura e de lazer das juventudes de Belo Horizonte;
- [Cultura] Apoio institucional e financeiro aos pontos de cultura;
- [Trabalho e renda] Formulação e execução de políticas públicas de geração de trabalho e renda voltadas para a juventude negra;
- [Assistência social] Trabalho em rede dos órgãos da proteção social, com atenção aos núcleos familiares, às mulheres negras e ao enfrentamento ao racismo institucional;
- [Habitação] Despejo Zero das famílias pobres da cidade;
- [Habitação] Garantia de reassentamento, no caso de desocupação forçada, das famílias no mesmo local e com condições dignas de moradia.

b) Segurança pública cidadã

- Efetivação de uma política municipal de segurança pública cidadã, baseada em inteligência e diálogo com as comunidades, a fim de superar a lógica de repressão, armamento e patrulhamento ostensivo;
- Construção não militarizada da Guarda Municipal, com foco na prevenção à violência nos territórios;



- Construção de metodologias de intervenção nos territórios para mediação de conflitos e promoção dos direitos humanos, com participação de entidades juvenis e da sociedade civil;
- Promoção de campanhas e outras medidas democráticas de desarmamento da população, para redução significativa da disponibilidade de armas de fogo entre adolescentes e jovens;
- Enfrentamento ao racismo institucional na formação e nas abordagens da Guarda Municipal;
- Formação continuada da Guarda Municipal, em articulação com jovens protagonistas das lutas feministas, antirracistas, LGBTQs e pelos direitos de crianças e adolescentes, garantindo que as diretorias temáticas das políticas de cidadania da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania sejam incorporadas no processo de elaboração e execução desse trabalho;
- Interlocução permanente com a Polícia Militar de Minas Gerais e demais instituições de segurança pública, a fim de facilitar diálogos democráticos e processos de cooperação junto às comunidades dos diferentes territórios;
- Construção de canais de diálogo entre coletivos juvenis e guardas municipais, de modo a reduzir espaços de confrontos, facilitar possíveis denúncias de violência e estimular a cooperação na construção de estratégias de prevenção e promoção dos direitos humanos.

**c) Acesso à Justiça**

- Instituição de Núcleos de Prevenção à Criminalidade nos territórios com maior incidência de homicídios e vulnerabilidade social, com o objetivo de ampliar a garantia de direitos e priorizar a resolução não violenta de conflitos;
- Fortalecimento do sistema socioeducativo, com plena integração à rede de proteção social, também em articulação com cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do interior do estado;
- Acompanhamento integral, pela rede de proteção social, das famílias e dos adolescentes que cometeram atos infracionais, durante e após o cumprimento das medidas socioeducativas;
- Estabelecimento de parcerias com universidades e faculdades de Direito para acompanhamento e assessoria jurídica voltada a jovens pobres e suas famílias.

d) Participação social

- Criação e consolidação de mecanismos de participação social para formulação, execução, avaliação e monitoramento das políticas públicas de enfrentamento ao genocídio da juventude negra;
- Fortalecimento dos conselhos de direitos, a exemplo do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Municipal de Juventude;
- Fortalecimento do Grupo de Trabalho Prevenção à Letalidade de Jovens e Adolescentes, instituído em 11 de dezembro de 2017²⁷, com o objetivo elaborar, de forma articulada e integrada, propostas de ações intersetoriais para prevenção à letalidade de jovens e adolescentes no município. Trata-se de uma importante iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte; contudo, é necessário garantir processos participativos de elaboração, avaliação e controle social, para assegurar o engajamento da sociedade e dos próprios jovens como protagonistas desse trabalho.

27 Decreto nº 16.795, de 11 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1187836>. Acesso em: 16 mai. 2018.

**e) Estudos e dados**

- Produção de dados municipais sobre raça, etnia, sexo, identidade de gênero e orientação sexual, idade e aspectos socioeconômicos da população para adequada formulação e avaliação das diferentes políticas públicas;
- Criação de um Observatório Municipal Permanente da Violência, dedicado à produção de estudos e tratamento de dados sobre violência em Belo Horizonte, com participação de instituições e entidades do poder público e da sociedade civil;
- Análise dos dados, em articulação com dados estaduais e nacionais, a fim de subsidiar a elaboração e a execução das políticas públicas.

f) Transformação dos territórios

- Atuação intersetorial do poder público para transformação dos territórios com maior índice de vulnerabilidade social, com garantia dos serviços públicos básicos (urbanização, regularização, infraestrutura, transporte coletivo, saneamento, água, energia, educação, saúde, cultura, segurança cidadã, controle de zoonoses etc.);
- Execução de ações que promovam o reconhecimento e apoio a iniciativas autônomas da sociedade civil. Parcerias estratégicas com redes, organizações, coletivos e movimentos que já atuam em defesa da vida das juventudes, como o Fórum das Juventudes da Grande BH, o projeto Minha Quebrada, realizado pelo MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, o Centro Cultural Lá da Favelinha, saraus, batalhas de rap, bailes funk, entre outros.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2018



vereadora Aurea Carolina

Aprovado o parecer do relator	
Plenário	<i>Ampliar o debate</i>
Em	<u>21/05/18</u>
_____ Presidente da Reunião	